3

O Movimento Social na Hanseníase

Busca-se apresentar neste capítulo, uma análise acerca da importância dos movimentos sociais enquanto elemento constitutivo das transformações sociais que envolvem a democracia participativa, através de sua contribuição na luta por direitos. Outro aspecto abordado é a caracterização do Morhan como um movimento social Urbano. Por fim, tem-se uma síntese cronológica da trajetória do Morhan na luta pelos direitos de cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase nos últimos vinte anos, sem deixar de fora, claro, as questões que marcaram o avanço contra o estigma que envolve a hanseníase e as pessoas por ela atingidas.

A trajetória da constituição dos direitos de cidadania apresentada no capítulo anterior, em muito foi marcada pela atuação de diferentes movimentos sociais. E é essa atuação na luta pelos direitos de cidadania que se acredita ser um dos fundamentais componentes, que marcam a importância de se discutir ainda hoje as diferentes transformações da dinâmica social pelo enfoque dos movimentos sociais.

Para isso, como bem afirmou Castell's os movimentos sociais precisam "*ser entendidos em seus próprios termos. Em outras palavras, eles são o que dizem ser (suas práticas e, sobretudo, as práticas discursivas), são sua auto-definição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a 'verdadeira' consciência dos movimentos sociais*". E, é seguindo essa interpretação que se buscará apresentar uma caracterização do Morhan como um movimento social urbano em sua dinâmica específica tal como se auto-determina e sua interação com os processos mais amplos que sustentam a existência e se modificam juntamente em função dessa existência. . (Castell's, p. 95, 1999)

3.1 - A importância os movimentos sociais no mundo contemporâneo

Qual é a importância de se discutir os movimentos sociais no mundo contemporâneo? Buscaremos responder esta pergunta através de uma análise baseada na interpretação dos movimentos sociais no contexto econômico, político e cultural.

Ao observarmos o cenário econômico, talvez mais do que em qualquer outro, pode-se dizer que as mudanças são notáveis. A iminente globalização tem inserido os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

mercados nacionais e regionais em contextos cada vez mais amplos. E, o conseqüente aumento da concorrência favoreceu o estabelecimento de redes e alianças, originando a formação de blocos como a Comunidade Econômica Européia, a América do Norte, integrada economicamente pelo Canadá, Estados Unidos e México, o Sudeste Asiático e o Mercosul, assim como movimentos sociais de caráter internacional, de enfrentamento dessa nova ordem social.

Já no cenário político, nota-se uma fragilização do Estado-nação, que se desestabiliza cada vez mais por este perspicaz processo de globalização. Assim, a humanidade no seu contexto social em sua magnitude é, pois, confrontada pela necessidade de alcançar uma divisão mais equânime entre os chamados "incluídos" e "excluídos", de reduzir a violência, de erradicar o analfabetismo, e de se extinguir todas as formas de preconceito (social, racial, religioso, cultural, sexual etc), adotando a conformidade da Declaração de Direitos Humanos. E, tendo como conseqüência natural a melhoraria da qualidade de vida das gerações futuras sob a égide da cooperação e da solidariedade.

Já no cenário cultural há um choque no mundo, onde as culturas se sobrepõem ou se combinam. Pois, a ascendente convergência das culturas, torna-as um conjunto de reagentes como substâncias químicas, sob o prenúncio de resultados erráticos. Além dessas vultosas mudanças, as "Novas Tecnologias de Informação e Comunicação" têm provocado uma contundente mudança em nossas formas de produção, mobilização e articulação social.

O desenvolvimento dos meios de comunicação possibilita o surgimento de novas formas de ação e de interação, de novos tipos de relacionamentos sociais, diferentemente da maior parte da história humana. Propiciando a reorganização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo. Desta forma, os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço-temporal.

São inegáveis as transformações pelas quais, o mundo vem passando, apesar de ainda não ter atingido a todos, pois, dentro deste cenário, existem diversas pessoas que são excluídas de muitas dessas mudanças.

Para o mundo contemporâneo a informação é a sua locomotiva, que interage e transcende no tempo-espaço com aspectos econômicos, políticos e sociais, ou seja, o princípio desta era é a interatividade, abrindo espaço para o surgimento de um novo espaço de articulação dos movimentos sociais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Dadas as atuais formas de acumulo de capital adotas pelo sistema capitalista, oriundas conseqüentemente da economia e da reestruturação produtiva, como forma de resposta às novas reivindicações da competitividade que urdem do mercado globalizado, imputando-o a permanente exigência da melhor qualidade sob o menor dispêndio. Surge uma legião de grupos insatisfeitos, que se sentem prejudicados pela suposta "vontade geral", articulando-se cada vez mais através dos modernos mecanismos de mobilização, em favor de suas causas identitárias específicas, como é o caso do Morhan, ou ainda de causas planetárias, como é o caso do movimento ambientalista.

Através desse cenário de organização contextual da dinâmica social, é possível estabelecer novas formas de relações sociais. Mesmo que não suplantem a divisão social e técnica do trabalho, apresentam novas características, a partir da intensificação de práticas transnacionais na economia com seus padrões de produção, consumo e acesso aos direitos, nas formas de comunicação com suas redes[1] interplanetárias, no acesso às informações, na uniformização e integração de hábitos comuns, entre outros.

Ao observar os processos que envolvem o mundo contemporâneo, é possível perceber que mais do que a oficialidade, pesa também sobre a sociedade, os veios da memória social e da indignação da opinião pública, que obviamente, não são frutos da oficialidade, ao contrário, são contrapontos dessa oficialidade de uma maneira ou de outra. Nesse sentido é importante recordar como se deu o processo dessa divisão. Ou seja, é exatamente a auto-afirmação e o *modus operandi* ou a forma de fazer de cada movimento social que vai delinear o que cada um é.

Os movimentos sociais surgem iminentemente de uma demanda social. Desde a criação do Estado-nação, nunca qualquer movimento social se originou sem que houvesse ausência do Estado em alguma coisa, ou ainda como no caso da hanseníase, a presença massiva e impositiva do Estado (Política Higienista de isolamento compulsório). Daí surge o movimento social como elemento reivindicatório.

Castell's organizou sua concepção que valoriza a atuação dos movimentos sociais a partir de três aspectos: a auto-definição, o princípio ideológico (conservador; revolucionário; ambas as coisas; ou ainda nenhuma delas) e em terceiro faz uma adaptação da tipologia clássica da teoria de Touraine, onde define movimento social de acordo com

1 O conceito de redes para o entendimento deste estudo é o aplicado às "estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio" (Castell's, p. 499, 1999)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

três princípios: *a identidade*[2] *do movimento, o adversário do movimento, e a meta societal do movimento.* Para tanto, o primeiro princípio é entendido como a auto-definição do movimento, o segundo, o adversário, refere-se ao principal inimigo do movimento, e o terceiro a meta societal, *é a visão do tipo de ordem social ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove.* (Castell's, p. 95-96, 1999)

Por isso, acredita-se na memória como um relevante elemento a ser considerado no desafio de interpretar os movimentos sociais. Assim, nossa busca por essa memória, está marcada através do resgate histórico empreendido através dos grupos focais e das entrevistas com as lideranças do Morhan, lançando mão do arcabouço intelectual da "história oral", como forma de tentar captar essas novas formas de relações sociais, o que será mais bem trabalhado no terceiro Capítulo.

3.2 - Os movimentos sociais na luta por direitos

Que tipo de movimento social é o Morhan? Na tentativa de responder essa pergunta, faremos um breve resgate conceitual dos movimentos sociais como atores que empreendem uma representativa luta por direitos de cidadania.

Scherer-Warren (1996) ao traçar sua análise sobre as teorias em torno do conceito de movimentos sociais, faz uma síntese das principais teorias empreendidas pela produção acadêmica e estabelece uma espécie de divisão de épocas. De tal modo que, retrata as diferentes influências teóricas que pesaram sobre cada período.

O primeiro período – meados do século XX à década de 1970, onde o pensamento sociológico era bi polarizado, influenciado pelo marxismo (ou histórico estrutural) e pelo funcionalismo.

No período seguinte (segundo) – a década de 1970, marcado em essência pelo Seminário de Mérida, no México sobre "As Classes Sociais na América Latina". (1971) Que insere à categoria de *Classe* como potencial referencial para entendimento dos movimentos sociais à época, e porque não dizer ainda hoje.

Já no caso do terceiro período – os anos 1980, o maior enfoque é dado aos escritos de Touraine (1989), onde o autor estabelece relações teóricas entre duas categorias *classe*

2 Sobre a identidade do movimento social, cabe um parêntese para as diferentes distinções apresentadas pelo autor. Castell's estabelece três diferentes tipos de identidades, a identidade legitimadora, que é aquela cuja origem está ligada às instituições dominantes; a identidade de resistência, é aquela cuja qual a maioria dos movimentos sociais populares contemporâneos busca sustentar sua auto-afirmação, é aquela gerada por diferentes atores sociais que, encontra-se em posição discriminada ou desvalorizada, são as "*trincheiras de resistência*"; e a identidade de projeto, a que é produzida por atores sociais que partem dos materiais culturais a que têm acesso, para redefinir sua posição na sociedade. CASTELL'S (1999)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

social e *movimento social* e em substituição a uma sociologia das contradições, sob o propósito de construir uma sociologia baseada no conflito.

Castell's estabelece um paralelo entre análise das relações de produção e as próprias relações de produção. Isto é, a questão das lutas e reivindicações em torno dos bens e equipamentos de consumo. O que, em boa medida, foi muito utilizado por vários autores que conceituaram os movimentos sociais na América Latina.

A segunda metade do terceiro período foi marcada pela concorrência entre duas concepções. A primeira concepção *movimentos sociais urbanos*, que segundo Castell's, Borja e Lojkine correspondem "*às análises sobre as contradições urbanas e a relação entre o movimento e o Estado, realizadas em países desenvolvidos, que serviriam como modelo para pensar a realidade latino-americana*" SCHERER-WARREN (1996, p. 18).

Vários autores adotaram esse modelo de análise. Contudo, várias críticas pairam sobre esse método de análise, dentre as quais se destacam as de Machado Ribeiro (1985), Jacobi (1989) e Kowarick (1988), onde criticavam as limitações da transposição desse modelo de outra realidade e contexto para aplicação no caso dos países latinos.

Entretanto, apesar das críticas a esse modelo, ele é adotado neste estudo, por entender-se que a perspectiva de *movimentos sociais urbanos*, é uma maneira bastante inteligível. Além disso, nos permite traçar um paralelo entre as perspectivas e os limites enfrentados pelo Morhan, na condição de sujeito coletivo, na luta pela garantia dos direitos de cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase, e na afirmação dos direitos dessas últimas. Ademais, a questão metodológica das disparidades entre o urbano e o rural no Brasil ainda hoje é uma grande incógnita[3]. Portanto, a adoção do nosso referencial se principia pelo que entendemos ser o modelo de melhor compreensão.

A segunda corrente foi a síntese dos estudos do período realizada por Calderón (1986), onde estabelece um quadro analítico de cinco pares das orientações teóricas dos movimentos sociais estudados na América Latina. Visando desvelar as tensões das possibilidades antagônicas:

> *democracia versus verticalismo e autoritarismo intra movimento; valorização da diversidade societal versus a tendência ao reducionismo e*

3 São inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que, obrigatoriamente, se deparam com as inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil. A superação definitiva desse problema parece distante uma vez que, como se não bastasse a vigência de uma legislação anacrônica, deve-se admitir a carência de investimentos teóricos e de esforços empíricos voltados para a compreensão do tema. Estudos anteriores* sugerem que parece claro a necessidade de recortes espaciais mais condizentes com as recentes configurações econômicas e sócio-espaciais brasileiras. (Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.) Douglas Sathler dos Reis - Geógrafo formado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando em demografia (CEDEPLAR-UFMG). * Para saber mais, ver MATOS et al (2004).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

> *a monopolização da representação; autonomia diante de partido e Estado versus heteronomia, clientelismo e dependência; busca de formas de cooperação de autogestão ou co-gestão da economia diante da crise versus a dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista; a emergência de novos valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo versus individualismo, lógica de mercado e competição.* (SCHERER-WARREN, p. 17-21, 1996).

Na perspectiva de contrapor os autores que versam sobre os novos atores sociais, Scherer-Warren afirma com fins "heurísticos", ao usar os pares acima, como uma teoria preconcebida, que os autores que adotam a perspectiva de "novos movimentos sociais", estão desconsiderando estudos anteriores como Lechner, 1987 e Scherer-Warren e Krischke, 1987. Pois as estruturas que movimentam a dinâmica social continuam sendo as mesmas.

Por fim, o último período – a perspectiva para os anos 1990. Dois grandes enfoques assumem a dianteira nesse período. O primeiro é aquele que reduz a relevância dos movimentos sociais, principalmente porque sua atenção está voltada para os processos de desorganização social, ocorrido em última análise devido ao desordenado e acelerado crescimento urbano, bem como, aos diferentes resultados da chamada crise de crescimento. Isto é, o vasto processo de exclusão. Tendo como expoentes Zimeno (1989) e Machado (1989).

E, o segundo enfoque se caracteriza, preponderantemente por apontar novas perspectivas, buscando um profundo resgate dos estudos anteriores aos anos de 1990 da produção teórica sobre os movimentos sociais.

> *Não se trata de negar, tampouco, a visão anterior sobre as crises que operam na sociedade civil, mas de admiti-la, tentando contrapor-se ao imobilismo das massas, as novas formas de se movimentar ou de ações coletivas, e entender os significados políticos e culturais destes. (...) Há transformações nas realidades internas dos países latino-americanos e externos com repercussões transnacionais sobre a prática efetiva dos movimentos sociais. Internamente, destacam-se os movimentos de democratização política e de reformas institucionais*. (SCHERER-WARREN, p. 21, 1996).

Nesse período a autora, assim como Castell's atribui às novas formas de produção, à velocidade da informação e à evolução dos meios de comunicação, o potencial papel de instrumento de transformação da ação dos movimentos sociais.

Assim como a perspectiva de *identidade de projeto* discutida por Castell's, Sherer-Warren, baseia-se na leitura de uma nova realidade, oferecendo um relevante conceito de movimento social na luta pelos direitos de cidadania. Isto é, "*quando os grupos se*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social" (SCHERER-WARREN, 1989, p. 09).

Essa definição de movimento social como ação coletiva de transformação, firmada no desejo da realização de *metas*-, fundamenta-se sob à luz de uma ação consciente ou não, sem falar do suporte mínimo de uma organização diretiva, a *identidade de projeto* revela-se *per se.* Portanto, seria muito coerente afirmar que os movimentos sociais se compõem como condição fundamental para democratização. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

Já na interpretação dos movimentos sociais realizada por Durhan (1984), os movimentos assumem um importante papel na luta pelos direitos de cidadania. Mas, ao mesmo tempo a autora percebe que há certo declínio da participação social nos espaços já consagrados, como é o caso dos partidos políticos e dos sindicatos.

É exatamente por esse motivo que a autora destaca que na história, há uma série de interpretações equivocadas sobre os movimentos sociais. Onde, pois, quando não se faz uma interpretação que por natureza tenta enquadrar os movimentos sociais nos modelos teóricos antigos, e esses já não seguem mais os parâmetros pelos quais estavam sustentados os movimentos que originaram a teoria clássica dos movimentos sociais, ou ainda, quando se tenta reduzir a ação dos movimentos sociais. Nesse caso, quando se atribui aos movimentos a idéia de que estes são formas inferiores de manifestação social, representativa desse ou daquele grupo. Sem falar em interpretações outras, cujos movimentos sociais substituiriam os partidos políticos e os sindicatos.

O interessante é que Durhan (1984) nos ajuda a responder nossa questão, mostrando a importância que os movimentos sociais tiveram em diferentes períodos da história. Por exemplo, quando os partidos e os sindicatos foram praticamente silenciados, em função do regime total, esses movimentos sociais contribuíram de forma *sue generis* para que novamente as formas consagradas pudessem voltar a ter espaços garantidos de manifestação. Portanto, o que a autora propõe, é que existe espaço de convivência entre essas formas já consagradas de manifestação social e as mais recentes, sem que uma necessite da extinção da outra para sobreviver.

Assim como Castell's, Sheren-Warren e Durhan, Evelina Dagnino também atribui aos movimentos sociais o papel de protagonistas na construção dos direitos de cidadania.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

> Acho que há duas dimensões que presidem a emergência dessa nova noção de cidadania e que devem ser lembradas para marcar o seu terreno próprio. Em primeiro lugar, o fato de que ela deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante anotar como a cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. - Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos, tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. Em segundo lugar, o fato de que, a essa experiência concreta, se agregou cumulativamente uma ênfase mais ampla na construção da democracia, porém, mais do que isso, na sua extensão e no aprofundamento. Nesse sentido, a nova noção de cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real. (Dagnino, p. 104, 2006)

Essa noção de cidadania está fundamenta em dois aspectos que vão pautar praticamente toda argumentação da autora na constituição dos direitos de cidadania, as dimensões da cultura e da política. Para tanto, a cidadania é entendida como uma estratégia que reconhece e realça o caráter essencial e constitutivo da transformação cultural para o constructo da democrática.

Dagnino também leva em conta a questão da crise econômica e na afirmação anterior parece-nos que a autora também percebe a atuação dos movimentos sociais como uma ação independente e autônoma, mas que pode coexistir com a ação dos partidos políticos e sindicatos.

Outro importante elemento trazido por Dagnino é a idéia da necessidade de se romper com o “autoritarismo social”, isto é, “com a desigualdade econômica, a miséria, a fome, os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do conjunto das relações sociais”, por exemplo, aquela que se expressa nas relações de poder no tocante ao gênero, à classe social, à raça, à sexualidade, como é o caso das classificações que estabelecem diferentes categorias de pessoas, dispostas em seus respectivos lugares”, com é o caso da casa e da rua, do Estado e da sociedade, refletidos no dia-a-dia através do elevador de serviço, da cozinha como lugar da mulher, e da antiga máxima popular “cada macaco no seu galho”. DAGNINO (2006)

Ainda de acordo com a autora, o desafio que está posto ante ao autoritarismo social, é a sua superação. O que, em boa medida, marca o enfoque da luta por direitos políticos, uma vez que, Dagnino realça a caracterização da democracia como um constructo que tem como princípios fundantes a cultura e a política. Nesse sentido, pode-se dizer que atribui à cidadania a condição de estratégia política, ou seja, “*significa enfatizar*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

o seu caráter de construção histórica definido, portanto, por interesses concretos e práticas concretas de luta pela sua contínua transformação social" (Dagnino, p. 107, 2006).

Outro aspecto que marca a interpretação da autora de cidadania pelo enfoque dos direitos políticos e ao mesmo tempo delineia a perspectiva de luta dos movimentos sociais pela afirmação de que os direitos sejam assegurados em Lei. Além disso, a inserção da idéia de que a cidadania é um processo de aprendizagem social, de construção de novas formas de relação, está também vinculada da participação de sujeitos ativos, os quais naturalmente teriam um certo papel social definido por diversos elementos, como a classe social de origem, cultura, raça, gênero, pessoas com deficiência, pessoas atingidas por doenças como é o caso da hanseníase, enfim, daqueles que "deveriam" ser apáticos por natureza, e optam por assumir o papel de protagonistas de sua própria história, rompendo com as amarras do *lugar* ao qual deveriam permanecer para a conquista dos direitos de cidadania.

Contudo a autora adverte que a luta pela afirmação dos direitos na Lei não encerra a luta pela cidadania, pois esse entendimento seria ignorar duas relevantes forças políticas que movem contiguamente a cidadania, o espaço da sociedade civil como arena política e o enraizamento do autoritarismo social. DAGNINO (2006)

Enfim, a interpretação de Dagnino dos movimentos sociais como atores protagonistas da luta pelos direitos de cidadania, pode ser resumida a partir de seis pontos no que concerne a diferença de seu enfoque para o enfoque da cidadania liberal: o primeiro, baseia-se na concepção Arendtiana do "direito a ter direitos", o que em nossa opinião, é condição *sine qua non* para que qualquer outro direito possa existir.

O segundo ponto, o direito à igualdade mas também à diferença. A esse ponto realçamos, por ser o que a autora dedicou especial atenção, pois é em função dele que emergem uma série de movimentos sociais, na luta pelo direito à igualdade ou outros pelo respeito às diferenças. Acontece que na visão conservadora, isso poderia gerar uma série de equívocos, como a polaridade entre os dois direitos. Dagnino nos adverte para a necessidade de considerarmos esses dois direitos não como excludentes entre si, mas essencialmente como complementares.

O terceiro ponto, o alargamento no âmbito da cidadania, onde está ultima está para além da simples afirmação formal de direitos, abrindo espaço para novas formas de sociabilidade ou mesmo pela busca da *cidadania plena* de T.H. Marshall. Também

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

referenciado pela autora, onde essa plenitude seria o gozo simultâneo dos três conjuntos de direitos (civis, políticos e sociais).

O quarto ponto, onde pesa mais o enfoque deste estudo, esse alargamento gerou/deve gerar a transcendência do *lócus* da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, de tal maneira que as "lentes" passam a estar mais voltadas para a relação com a sociedade civil.

O quinto ponto está vinculado à idéia de que a cidadania pode e deva ser vista como pertença, reivindicação de acesso, inclusão no sistema político na medida em que o que está em jogo é o "*direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no que queremos ser incluídos, a "invenção" de uma nova sociedade*".

E o sexto é último ponto, que é apontado pela autora como um resultado gerado como uma espécie de herança dos pontos anteriores, de tal modo que é essa noção de cidadania "*cria um quadro complexo e aberto para dar conta da diversidade de questões emergentes na América Latina: da igualdade à diferença, da saúde aos meios de comunicação de massa, do racismo ao aborto, do meio ambiente à moradia".* (Dagnino, p. 104-112, 2006).

Ainda baseado na pergunta central deste item – *que tipo de movimento social é o Morhan?* Pode-se dizer que as questões identitárias originárias de cada movimento social, associadas às novas necessidades, às novas demandas por direitos, e aos argumentos dos autores aqui apresentados, essa discussão é ainda hoje muito atual. O que nos leva a pensar que estamos no caminho certo para encontrar algumas evidências para confirmação de nossa hipótese de que o Morhan é um movimento social urbano que, contribuiu em sua trajetória, na luta pela garantia dos direitos de cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase, tendo privilegiado nos últimos vinte anos a luta pelos direitos sociais.

3.3 - O Morhan como movimento social urbano

Para interpretação do Morhan como um movimento social urbano, retomamos o conceito de Castells onde os "*movimentos sociais urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias, isto é, que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana*". Ademais, é importante que se ressalte qual o sentido da problemática urbana se está abordando aqui. Isto é, esta última deve ser entendida como a meta do movimento, o enfrentamento das disparidades de moradia, cultura, saúde, lazer, trabalho etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Em outras palavras, o movimento social urbano pode ser visto como um sistema de práticas, fruto de um contexto definido, articulado a um tempo pela inserção dos sujeitos na estrutura urbana, assim como na estrutura social, de tal maneira que o seu desenvolvimento tem por norte a transformação estrutural do sistema urbano ou mesmo a modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, o poder do Estado. CASTELLS (1999)

A fim de construirmos nosso argumento do Morhan como movimento social urbano, recorremos ainda a mais um importante autor da temática, para ajudar em nossa concepção. Alain Touraine afirma que os "*movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica*". No entanto, esta última deve ser entendida como a representação do conjunto de influências da história sobre a prática social, sobre a produção da sociedade por si mesma. Contudo, Touraine afirma que os movimentos sociais acontecem na luta de classes, onde estas buscam a manutenção ou a subversão da ordem tal qual ela existe. Em outras palavras os "*Movimentos Sociais são forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade, a ação de classe pela direção da historicidade*". Nesse sentido, a caracterização de um movimento social tal como o conceito preconiza, é preciso que ele se represente através de uma luta entre classes, de uma luta de uma nação contra possíveis invasores, ou de uma luta que almeje a renovação. (Touraine, p. 35, 1978)

Baseado no que nos mostram Castells e Touraine sobre a concepção de movimentos sociais urbanos, aliado a nossa experiência como militante do Morhan de mais de uma década, antes de dissertar sobre o Morhan como movimento social urbano, faz-se necessário eleger nosso norte. Ou seja, para este estudo, o movimento social urbano, está intimamente ligado às concepções dos dois autores. Contudo, apresenta uma importante particularidade, a natureza. No caso de Touraine, o princípio de que o movimento social deve ser necessariamente um movimento de classes sociais; e o segundo o caso de Castells, onde nem todo movimento social visa a subversão da ordem estabelecida. Em nosso entendimento, como já havíamos dito, a natureza de um movimento social está na ausência do Estado ou em sua super-presença como a própria história da hanseníase nos mostra. Na super-presença, quando da política higienista de isolamento compulsório, a implantação do regime de Hospitais-colônia. E na ausência, é o abandono que se encontram hoje, após o advento da cura da hanseníase, o Estado brasileiro, que provocou o imenso *apharteid* social, ou ainda para sermos mais condizentes com o discurso do Morhan, uma legião de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

"exilados sanitários[4]". Que tinham antes da cura o status que trabalhamos anteriormente em nosso Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, a *morte social*[5].

Assim, buscar-se-á apresentar o Morhan como um movimento social urbano, a partir de sua estrutura jurídico-financeira, organizacional, política, seus canais de comunicação com seus militantes e com a sociedade, sua rede inter-institucional de relacionamentos, e a cronologia de suas vitórias e conquistas ante as instituições do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).

3.3.1 - A Estrutura jurídico-financeira

De acordo com seu Estatuto Nacional (2007), o Morhan se posiciona ideologicamente como um movimento social. Não obstante o fato de que juridicamente está reconhecido pelo Estado como Associação de fins não econômicos, de acordo com o Capítulo II Artigos 53 a 61 do atual Código Civil Brasileiro (2002). Ou seja, entidade jurídica de direitos privados, fundado em 6 de junho de 1981 por pessoas que foram acometidas pela hanseníase. Cuja finalidade é "*lutar pela garantia dos seus direitos de cidadãos*". ESTATUTO DO MORHAN (2009)

O Código Civil de 2002 trouxe algumas inovações no que concerne às instituições da sociedade civil, e o Morhan teve como todas as outras instituições que se adequar à nova realidade. O grande destaque dessas alterações nota-se no Estatuto do Morhan nos Capítulos IVV e VI, *Da Admissão, da Exclusão e das Penalidades*. Que de certo modo, assume o caráter regulamentador das formas de acesso, punição e exclusão dos seus membros. Mas, trás também, em boa medida, o aspecto institucional do Estado para dentro do movimento social.

Em outras palavras, a Lei 8142/93 que cria os Conselhos de Direitos, marca o período chamado no âmbito do conglomerado das instituições da sociedade civil - em espaços como o Fórum Nacional de Entidades Nacionais de Portadores de Patologias e Deficiências, o Fórum Mundial da Saúde, Centrais Sindicais etc – como a "*institucionalização dos movimentos sociais*". Que, o Código Civil de 2002 vem regulamentar. E, por conseguinte, o Morhan adere por uma questão de legalidade. Ou seja,

---

4 *Exilados Sanitários"*, que é o mesmo que uma mortos de qualquer possibilidade de assunção e exercício de direitos comuns à sociedade, bem como uma execração desta e por esta mesma, é a *morte social* gerada pelo estigma constituído em sua gênese pela mais profunda ignorância no sentido *stricto* da palavra. Ademais, contribuiu para o banimento dessas pessoas ditas "doentes" em detrimento de umas outras ditas sadias. Relatório Consolidado do I Seminário Nacional de antigos Hospitais-Colônia (2005).

5 *morte social* é uma sucessão de movimentos de esterilização, exílio e exclusão do indivíduo, ao passo que contraditoriamente essa sociedade que segrega, é a mesma que construía espaços de produção da interação humana nos antigos hospitais-colônia como, por exemplo, cinema, salão de jogos, teatro etc. VIEIRA, Marcelo L. *Hanseníase mancha anestésica o morte social?*.Publicado na Revista Em Debate da PUC-Rio. 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

se "*para participar do debate em torno da deliberação das políticas de saúde, assistência, meio ambiente entre outras que perpassam a vida das pessoas atingidas pela hanseníase, a condição é institucionalizar o Morhan, assim foi feito*". (Custódio, Artur. Coordenador Nacional do Morhan, 2007)

Financeiramente o Morhan se sustenta a partir de "*doações, legados, bens diretos, bens imóveis, ações, excesso de caixa e valores adquiridos e suas possíveis rendas ou eventuais resultados operacionais, os quais deverão ser aplicados integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos constitucionais no território nacional. Onde para tanto, todos os recursos serão aplicados nas finalidades dispostas neste Estatuto; II. Dos aluguéis de imóveis e juros de títulos ou depósitos; III. Recursos públicos ou privados advindos de projetos nacionais e/ou internacionais".* (Estatuto do Morhan, p.12, 2009)

Suas principais fontes de recursos hoje são: convênio de cooperação com o Ministério da Saúde, através da Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde – SVS, em sua Área Técnica de Dermatologia Sanitária, órgão responsável pelas ações de prevenção e combate da Hanseníase no Brasil; (Convênio Morhan/Conasems[6] - REFORBASE, 2007)

Outra importante fonte de financiamento e fundamental parceira política do Morhan atualmente, é a *Nippon Foundation, afiliada da Sassakawa Foundation*. Organização Japonesa criada em 1947 por Ryoichi Sassakawa, presidente da Japan Shipbuilding Industry Foudation, com a proposta de eliminar a hanseníase logo após a varíola. Integrante da *International Federation of Anti-Leprosy Associations (ILEP).* (Jornal do Morhan N.° 43, p.07 2006). Importante financeira e políticamente, devido ao fato de ser o Sr. Sassakawa o Embaixador da OMS para a Eliminação da Hanseníase no Brasil. Ademais, a fundação apóia o Ministério da Saúde através de projetos em parceria com a Organização Panamericana de Saúde – OPAS e o Morhan. Sem falar que foi um estratégico parceiro do Morhan na Audiência com o presidente Luis Inácio Lula da Silva, como instrumento de pleito do Morhan para inserção da hanseníase nas *Metas do Milênio,* bem como na assinatura do Apelo Global - *Global Appel, 2007.* (Jornal do Morhan N.° 41, 2004, p.03).

A Federação Brasileira de Indústria Farmacêutica – Febrafarma é também um dos principais parceiros do Morhan. Recentemente, a instituição lançou numa parceria com o Morhan o "*Programa de Parceria para Diagnóstico e Tratamento da Hanseníase*". Projeto de caráter de responsabilidade social lançado pela Febrafarma em parceria com o Morhan, com apoio

[6] Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems. Sob o propósito de auxiliar as autoridades de saúde do país na eliminação[7] da hanseníase até 2010.

Há aqui dois importantes destaques a serem feitos. Ambos se fundamentam no movimento contraditório que está intrinsecamente ligado à instituições como o Morhan. O primeiro é o caso de ser o Morhan um movimento social fundado por pacientes e estar a eles diretamente ligado e ao mesmo tempo receber recursos financeiros de laboratórios privados.

O projeto conta com um caminhão palco e consultório, chamado "*a Carreta da Saúde*[8]". "*Ela está equipada com 5 consultórios e 1 laboratório para realização dos exames de baciloscopia, tem seus ambientes climatizados com ar-condicionado, banheiro, palco com potente sistema de som, projetor multimídia com telão e elevador hidráulico, para acesso de cadeirantes e idosos. Possui gerador próprio de energia e tem capacidade para atender cerca de 15.000 pessoas/ano*". (www.morhan.org.br Parceria Morhan Febrafarma, 2007/2008, consultado em 23/04/2009)

FOTO 6 – A CARRETA DA SAÚDE - 2009

Fonte: www.morhan.org.br

O segundo é a contradição presente no fato de que o Morhan, como movimento social de enfrentamento das diferentes intempéries que assolam a relação saúde/doença das

7 Para fins de entendimento deste projeto, a Eliminação de que aqui falamos, não é o mesmo que erradicação, mas o controle aproximado da doença e a manutenção da mesma em níveis epidemiológicos aceitáveis de acordo com a Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde – OPAS/OMS, que é de menos de 1 caso a cada 10.000/habitantes. VIEIRA, Marcelo L. *Hanseníase mancha anestésica o morte social?*.Publicado na Revista Em Debate da PUC-Rio. 2007.

8 A Carreta da Saúde está percorrendo municípios priorizados nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, que são os mais endêmicos, atendendo as populações mais carentes, tanto com consultas e início do tratamento dos casos positivos, quanto com programas educacionais, para o esclarecimento das questões relacionadas a doença. Sessões de cinema também são passadas à noite, para o entretenimento das populações locais. A Carreta iniciou suas atividades com ações piloto em Itaboraí, no Rio de Janeiro, em São Luiz no Maranhão, e Araguaínas e Balsas em Tocantins.Foram realizadas 902 consultas e detectados 50 novos casos de hanseníase. Após os 4 pilotos, a Carreta segue pelos municípios, sendo o 1º em Coroadinho, no Maranhão. Lá estão sendo realizadas consultas e identificados novos casos de hanseníase, com início imediato do tratamento. O projeto também envolve Agentes Comunitários de Saúde, que fazem um trabalho de conscientização das comunidades para as principais características da doença, priorizando os chamados "contatos" - pessoas que convivem com portadores ou ex-portadores da doença. O objetivo é que todos saibam identificar a doença e procurem os postos de saúde de suas cidades. Estudantes de medicina, odontologia, enfermagem e serviço social também serão convidados a participar como voluntários do programa, atuando nas escolas de ensino fundamental, conscientizando as crianças para os sintomas da doença, entre outras ações. (www.morhan.org.br Parceria Morhan Febrafarma, 2007/2008, consultado em 23/04/2009)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

pessoas atingidas pela hanseníase. E, adotando posturas de enfrentamento do Ministério da Saúde em diversas situações, como o caso da luta pela não adoção por parte daquele órgão de critérios que o movimento considerou segregadores, como a escolha de 300 municípios prioritários para investimento em ações de combate à hanseníase. Fato este que não só se consumou como também gerou ao Morhan, a perda do convênio de sustentabilidade de suas ações que mantinha com o Ministério da Saúde. Contudo,

> *o Morhan não ficou de 'braços cruzados', conseguiu veicular em várias emissoras de TV, campanhas com voluntários de visibilidade nacional e internacional, como Ney Matogrosso, Ney Latorraca e o sanfoneiro Targino Gondin. A Pastoral da Criança iniciou uma campanha em massa através de seu voluntariado, assim como os escoteiros do Rio Grande do Sul. Várias Secretarias de Estado já lançaram suas campanhas pela eliminação da hanseníase em parceria com o Morhan (RJ, MT, PR, RS etc) E na novela das oito "O Clone" da TV Globo, a autora Glória Peres criou uma personagem com hanseníase, orientada tecnicamente pelo Morhan.* (Custódio, Artur. *O Morhan e as Contradições, 2001)*

Essas relações de conflito entre a preservação do ideário político do movimento e a sustentabilidade das ações, acontecem que não raro com a maioria das instituições como o Morhan. Nesse sentido, uma possível "escolha de Sophia" se faz muito presente. Ou seja, a grande questão é manter a luta política e seu legado histórico e retroceder nas conquistas materiais do movimento, ou garantir a sustentabilidade das ações e abrir mão de um passado de substancias conquistas que pode inclusive impactar sobre a legitimidade institucional?

É uma defesa consensual do Morhan, por definição da X Assembléia Nacional, realizada em Salvador, que a *luta política e o legado histórico constituído pelo movimento é não só o mais importante, mas é o que os faz diferentes das ONG's. Pois no momento em que não há mais recursos, elas param, e nesse momento, é exatamente o que faz com que repensemos nosso fazer e nos desafiamos a resgatar as nossas origens e re-construir o Morhan pela força da militância.* (Antonio Borges Junior[9], depoimento do dia em que recebeu a Comenda da Câmara de Vereadores em Salvador, 2001)

Nesse sentido, nos faz refletir sobre a seguinte questão: o Morhan é ou não uma ONG? Para tentar encontrar essa resposta recorremos à Soares *et al* (2007), que realizaram uma pesquisa sobre o *Perfil das Entidades Associadas à Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) no Brasil.*

[9] Membro fundador do Morhan e então Vice-Coordenador Nacional, hoje falecido.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

A pesquisa faz um resgate das diferentes formas de manifestação da participação social. Estabelece como marco teórico a inserção da idéia de *Terceiro Setor*. Confronta a ampliação do Estado, através da lógica gramisciniana que contrapõe a sociedade civil, ou conjunto de organizações privadas, responsáveis pela difusão de ideologias à sociedade política, isto é, os aparelhos institucionais e coercitivos do Estado.

> *Dentre as interpretações mais recentes da sociedade civil, cabe destacar aquela produzida por Cohen e Arato. Esses autores afirmam que o conceito de sociedade civil está contemporaneamente ligado à luta dos movimentos sociais contra o autoritarismo dos regimes comunistas e das ditaduras militares em várias partes do mundo. Nesse sentido, o discurso da sociedade civil não se refere a um mero revival dos movimentos democráticos dos séculos XVIII e XIX, os quais criaram uma dualidade entre Estado e sociedade civil. (...) Em certa medida, pode-se afirmar que a sociedade civil hoje é mais comumente encarada como instrumento de socialização do poder sem que isso indique um processo de dissolução do Estado*. (Soares *et al*, p. 05, 2007)

Pode-se dizer que em função da generalidade inerente a interpretação dessas organizações, é que nasce o conceito de Terceiro Setor, sob a lógica de que o Estado seria o Primeiro Setor, o mercado o Segundo Setor e então o conjunto das organizações da sociedade civil o Terceiro Setor. Isto é, uma tentativa de abarcar as diferentes formas de manifestação da participação social. Contudo, segundo Ruth Cardoso não há coesão entre essas diferentes organizações, o que põe em "xeque" essa interpretação generalista. Mas, pode ser que a resposta para o conceito de sociedade civil não esteja em um conceito unificador, como afirma autora, mas sim na sua identidade individual (grifo nosso).

Salamon e Anheier *apud* Soares *et al*, propuseram um conjunto de elementos que se propõe a ser o diferencial do Terceiro Setor: o fato de ser uma instituição formal, com regras e procedimentos permanentes; entidade privada; sem fins lucrativos; autônomas; e contam com um relevante grau de participação voluntária. SOARES (2007)

Esse conjunto de princípios, associado à idéia de que as atividades que são realizadas por essas instituições, competem com as atividades realizadas pelo Estado, uma vez que este último não atua no Terceiro Setor. Pode-se dizer então que o Terceiro Setor é um "*amplo espaço de ação no qual diversos atores, sejam eles ONG's, entidades sem fins lucrativos, empresas do segundo setor ou mesmo indivíduos, operam no sentido de provisionar serviços com características de bens públicos (saúde, educação etc) ou mesmo instrumentalizar o acesso a esse tipo de bens.* (Soares *et al, p. 13*, 2007)

Em outras palavras, essa definição de Terceiro Setor busca a apreensão das mudanças simbólicas, que se fundamentam no *modus operandi* de cada ator social, quer

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

pela concepção de novas demandas ou quer ainda pelo surgimento de novos atores sociais. Isto é, o diferencial da ação de uma organização do Terceiro Setor ante a ação do Estado, é a sua filiação na sociedade civil e não na sociedade política, isto é a diferença entre as dimensões do público e do privado. Ademais, essa filiação deve estar para além do plano ideológico, mas também no plano da ação prática. E, é exatamente este ponto que nos permite afirmar que o Morhan é um movimento social e não uma ONG.

3.3.2 - Estrutura Sócio-Organizacional do Morhan

Do ponto de vista da estrutura organizacional, o Morhan está organizado em 01 Assembléia Nacional, composta por todos os membros; 01 Diretoria Colegiada com 26 membros titulares e suplentes; uma Coordenação Executiva com 08 membros titulares e suplementes; 05 Coordenações Estaduais com 25 Coordenadores titulares e suplentes; 63 núcleos locais com cerca de 500 membros titulares e suplentes. No total, somam cerca de 8600 voluntários, articulados em todo o país, sendo que aproximadamente 3500, atuam diretamente nos núcleos locais, com uma média de 55 voluntários por núcleo, inclusive os oito diretores. Já a diferença é distribuída entre assessorias técnicas (conjunto de profissionais de diversas áreas do conhecimento que compõem o suporte teórico-técnico de informação e formação do Movimento); os chamados voluntários independentes, aqueles que não estão baseados em nenhuma das instâncias do movimento, mas que contribuem com a atuação do movimento, geralmente não estão baseados em núcleos porque pertencem ao corpo do Estado. E, por fim, a rede *Morhanet*, que conglomera além de todos os grupos anteriores, um conjunto de voluntários de diferentes origens, classes, culturas e identidades partidárias, em todo o território nacional, inclusive alguns de fora dele. (Rede *MorhaNet*, 2009)

Do ponto de vista administrativo, o órgão de gestão é no Morhan é a Coordenação Executiva, que conta com o suporte técnico do Departamento de Colônias, que é composto por militantes oriundos dos antigos Hospitais-colônia, profissionais de saúde nas diferentes áreas do conhecimento e militantes do Morhan; o Departamento de Formação Projetos e Pesquisas – DEFORP, composto por militantes, profissionais das diferentes áreas do conhecimento e militantes; O Departamento Jurídico - DEJUR, composto por advogados militantes em diferentes Estados do país, articulados através da *Rede de Direitos Humanos do Morhan*; Assessoria Técnica, composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, articulados em todo o país com os diversos núcleos de acordo com o campo de atuação de cada núcleo. Por exemplo, meio ambiente, saúde, cultura, questões étnicas,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

população quilombola, população indígena, população ribeirinha etc e, o Conselho de Ética, composto por militantes e profissionais militantes, cuja nomeação depende diretamente do referendo da Assembléia Nacional. ESTATUTO DO MORHAN (2009)

Existe na estrutura administrativa do Morhan certa descentralização, uma vez que "*o Movimento está organizado em nível nacional, onde é composto por Núcleos locais e Coordenações Estaduais, com CNPJ próprio e estatuto adequado a cada nível hierárquico, submetido à Coordenação Executiva Nacional e aprovados "ad referendum" pela Diretoria Colegiada".* (Estatuto do Morhan, § primeiro do Art. 14, 2009)

No entanto, no que diz respeito ao aspecto político essa concepção de descentralização e autonomia se retraem a partir do § seguinte "*Os Núcleos locais, filiados e Coordenações Estaduais devem manter consonância com a filosofia e a ideologia do Movimento, sob pena de serem extintos e/ou desligados e proibidos de utilizar a nomenclatura MORHAN*. (Estatuto do Morhan, § segundo do Art. 14, 2009)

No caso da estrutura deliberativa do Morhan, esta compõe-se a partir de três órgãos, a Assembléia Geral, como já dito, composta por todos os membros do Morhan, o Conselho Fiscal composto por cinco militantes eleito conjuntamente com a Coordenação Nacional, porém em chapa individual, e a Coordenação Nacional, composta pela Coordenação Executiva e seus respectivos Departamentos e a Diretoria Colegiada, eleita diretamente por delegados das respectivas Regiões. O modelo de regiões segue o modelo de divisão política do Estado Nacional (Norte, Sul, Sudeste, Centro-oeste e Nordeste). (Estatuto do Morhan, p. 6-8, 2009)

TABELA 2 – ESTRUTURA POLÍTICA DO MORHAN NACIONAL

Órgãos Deliberativos		Órgãos Administrativos	
Assembléia Geral	Instância máxima	Coordenação Executiva	Órgão Superior
Coordenação Nacional (Coordenação Executiva e Diretoria Colegiada)	Instância Superior	Departamento de Colônias	Órgão representativo da Executiva Nacional junto às discussões sobre as Colônias no Ministério da Saúde
Conselho Fiscal	Agente Fiscalizador	Departamento Jurídico – DEJUR	Órgão assessor de caráter consultivo da Executiva Nacional
-	-	Assessoria Técnica	Órgão Orientador de caráter consultivo da Executiva Nacional
-	-	Departamento de Formação Projetos e Pesquisas – DEFORP	Órgão operativo e Consultivo de Formação Técnico-Política do Morhan

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

			Nacional

Fonte: Estatuto do Morhan Nacional – 2009.

Esse modelo de gestão política amplia o espaço de poder no âmbito do movimento. Se compararmos o atual Estatuto com o de 1996 aprovado no Ceará, será possível perceber o quanto essa distribuição de poder no âmbito nacional ocorre com o modelo colegiado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS DO MORHAN 1996/2009

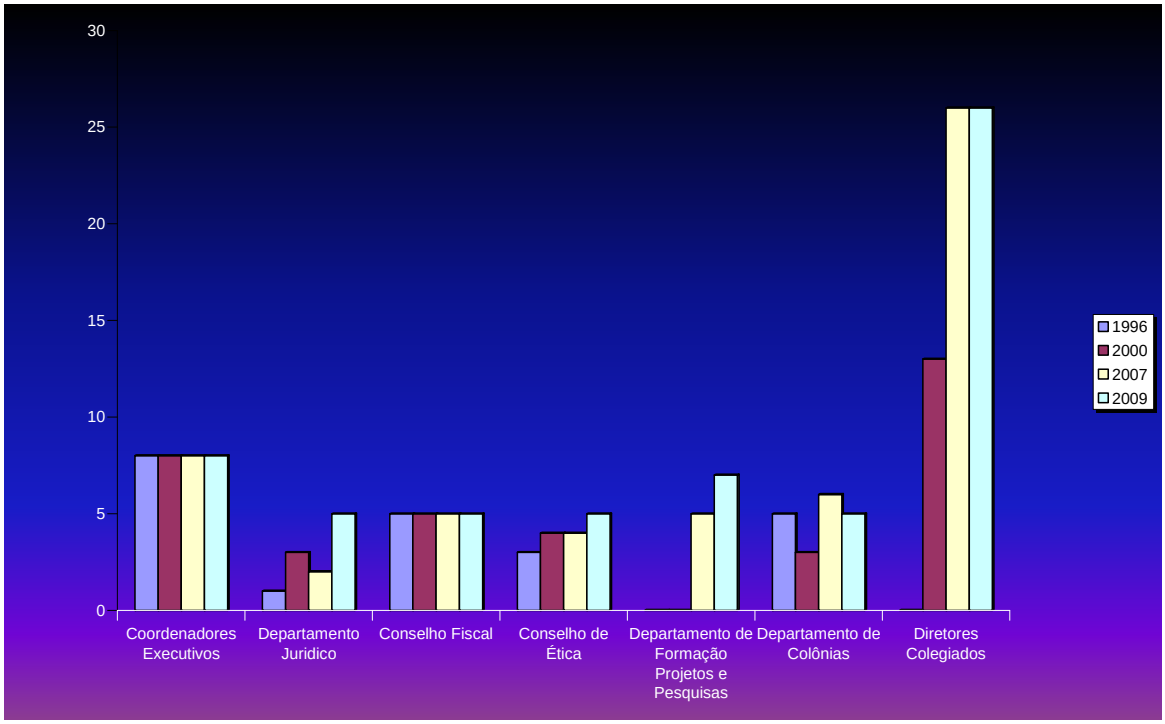
Cargo	N° de Representantes			
	1996	2000	2007	2009
Coordenadores Executivos	8	8	8	8
Diretores Colegiados	-	23	23	23

Fonte: Estatutos do Morhan 1996, 2000, 2007 e 2009

É visível o quanto as estruturas de poder nos órgãos deliberativos do Morhan se ampliaram do ponto de vista quantitativo. Entretanto, não é possível afirmar que esse resultado se revela semelhante do ponto de vista qualitativo. Ao passo que ainda no capítulo dos órgãos deliberativos, em seu § primeiro, o órgão executivo como preconiza o próprio conceito, está inserido no contexto de deliberação *"Parágrafo primeiro: A Coordenação Nacional é composta da Coordenação Executiva Nacional e da Diretoria Colegiada"*.

Essa ampliação pode ser melhor visualizada através do Gráfico 3

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MORHAN DE 1996 A 2009



Fonte: Estatutos do Morhan 1996, 2000, 2007 e 2009.

A partir do Gráfico 3, pode-se perceber que de 1996 a 2009, a ampliação dos representantes da base do movimento nos órgãos deliberativos do Morhan Nacional segue uma linha crescente. Contudo, há que se levar em conta algumas considerações. A primeira

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

se deve à estrutura do Conselho Fiscal e da Coordenação Executiva, que foram duas estruturas que se mantiveram intactas. No caso do Conselho Fiscal por uma exigência legal, desde o Código Civil anterior ao vigente até hoje se manteve do mesmo modo. E a Coordenação Executiva, de acordo com as Atas das Assembléias Nacionais dos quatro Encontros Nacionais onde foram realizadas as alterações estatutárias, sempre esteve muito presente o discurso de ampliar os cargos da Diretoria Nacional, por isso, a estrutura da Coordenação Executiva manteve-se intacta com oito membros nas quatro alterações estatutárias.

Três outros pontos significativos das alterações dos espaços de poder no Morhan Nacional, onde o primeiro se deve ao crescimento progressivo do Conselho de Ética, bem como do Departamento Jurídico, sendo que o Departamento Jurídico em 2007 teve uma ligeira queda no número de representantes; o segundo e destaco como um dos mais relevantes eixos de alteração estratégica do ponto de vista da sustentabilidade de um movimento social, foi a criação do Departamento Nacional de Formação Projetos e Pesquisas – DEFORP, o que, em boa medida, é um elemento importante no aperfeiçoamento e na própria sobrevivência do Morhan; Por fim, a maior ampliação de representantes na ceara de deliberação da Diretoria Nacional do Morhan, a criação da Diretoria Colegiada, que desde 2000 insere no debate político deliberativo do seio do movimento mais 13 e posteriormente (de 2007 para frente) mais 26 representantes da base do movimento, que são eleitos sob um outro critério, por Estados organizados de acordo com as Regiões (Norte, Sul, Centro-oeste, Nordeste, Sudeste).

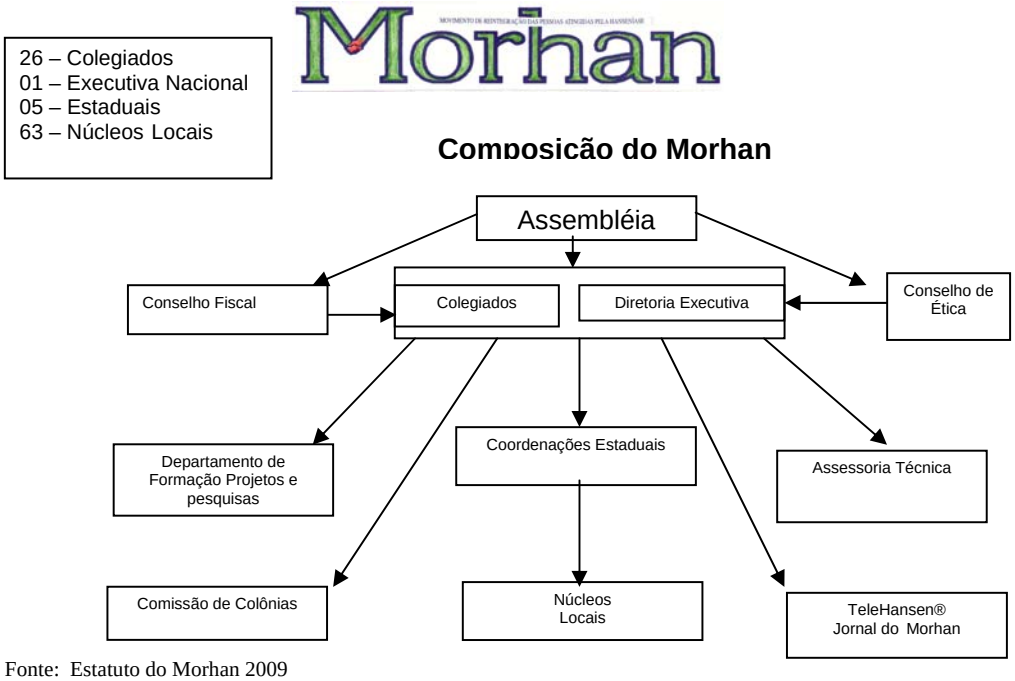
Ademais, em função das convocatórias das XI Assembléias Ordinárias das quais tivemos acesso, às atas. É possível perceber que, não obstante o fato de existir um efetivo maior de sujeitos nas instâncias deliberativas (Coordenação Executiva e Diretoria Colegiada), a concentração dos atos determinantes das deliberações as quais tivemos acesso, está no órgão que, pelo que preconiza o sentido *stricto* deveria ser de Execução, a Coordenação Executiva.

Contudo, quase que sob o aspecto de uma antinomia, nota-se outro aspecto democrático no âmbito do Estatuto atual, o "*Parágrafo segundo: nos termos da lei e das normas preconizadas neste Estatuto, qualquer órgão deliberativo pode ser convocado por seus filiados, sendo exigível o quorum de 1/5 (um quinto) para garantir a convocação válida*". (Estatuto do Morhan, p. 8, 2009)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Apenas a título de ilustração, a estrutura político-organizacional do Morhan pode ser mais bem entendida a partir do Quadro 1 a seguir. De modo que se pode visualizar que existe certa descentralização nas ações do movimento, em três instâncias de poder. Contudo, há certa centralidade nas deliberações das políticas e estratégias de ação do Morhan, onde o eixo nacional é o grande centralizador das principais forças de poder do movimento. De certo modo, reproduzindo as estruturas hierárquicas do Estado brasileiro.

QUADRO 3 – ESTRUTURA POLÍTICA ORGANIZACIONAL DO MORHAN - 2009



Fonte: Estatuto do Morhan 2009

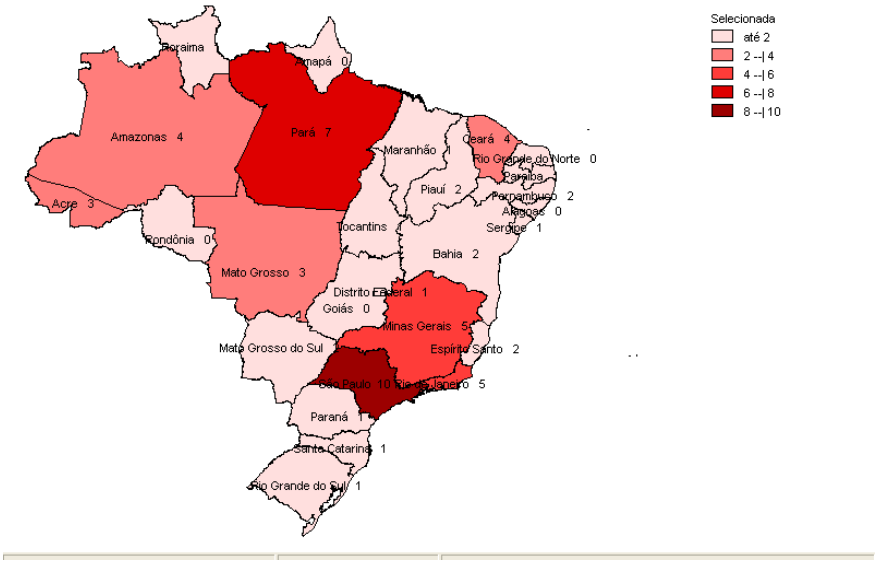
Ainda sobre o aspecto político, uma interessante estratégia adotada pelo movimento, foi sua maneira de ampliar sua legitimidade através do crescimento gradual de sua capilaridade. Atualmente, está presente em aproximadamente em 100 cidades distribuídas por 24 dos 27 Estados da Federação, com 63 núcleos filiados, e cerca de cinco instituições congêneres afiliadas. (Quadro 3). Sua sede Histórica Nacional fica na cidade de São Bernardo do Campo. Porém, a sede da Coordenação Executiva do Morhan Nacional está situada à rua do Matoso, n.º 06 – sala 204, Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de ter surgido num cenário de influências e demandas, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, sob forte influência dos operários do ABC paulista. Sem falar da intensa luta sindical que era desencadeada no país, em detrimento do sucumbir da ditadura militar. Além disso, os altos clamores dos movimentos sociais que eclodiam de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

todas as partes do Brasil, em prol da Anistia de exilados e presos políticos, bem como pela redemocratização do país, e ainda assim, conseguiu empreender um cenário de expansão espaço-territorial interessante, como se pode notar no Mapa a seguir.

MAPA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE NÚCLEOS POR ESTADOS DO MORHAN NO PAÍS EM 2008



Fonte: Relação de Núcleos do Morhan – Secretaria Executiva do Morhan Nacional – 2008, disponível em www.morhan.org.br

É importante salientar que essa maneira de se constituir o movimento social, isto é, sob um cenário de influências e demandas, não pode e não deve ser vista como exclusividade desse ou daquele movimento, uma vez que os movimento social nascem da confluência de pleitos associados à indignação de uma sociedade. No caso específico do Morhan, sua formação se dá por conta da aversão coletiva causada pela então “lepra” que foi ratificada por longo período pela Política de Isolamento Compulsório do extinto Departamento de Profilaxia da Lepra DPL. E não obstante ao fato de que a maioria dos núcleos do Morhan está concentrada no Sudeste, pode-se dizer que o Norte e o Nordeste brasileiro também compõem um relevante potencial do Morhan. Onde as articulações com outros movimentos sociais, com partidos de esquerda, como o PCdoB e o PT, bem como com sindicatos de trabalhadores da saúde e outras áreas, na luta por direitos, ante a um Estado lento, precário e segregador, são elementos que nos levam a afirmar que o Morhan é sim um movimento social urbano. Onde essas lutas ficarão mais visíveis a partir do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

último tópico deste capítulo, a cronologia da luta do Morhan pelos direitos de cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase.

3.3.3 - As Plataformas de ação do Morhan

Para apresentarmos os objetivos do Morhan, optamos por organizar um gráfico cuja distribuição das metas do movimento será disposta de acordo com a luta política presente em cada objetivo, nos princípios que está fundamentado este estudo. Ou seja, de acordo com o quadro analítico de T.H. Marshall, a divisão da cidadania em três conjuntos de direitos, civis, políticos e sociais.

No caso específico da luta política empreendida pelo Morhan, pode-se visualizar através do gráfico a seguir, que o norte político (Estatuto) do movimento, já aponta para uma luta pelos direitos de cidadania mais focada nos direitos sociais.

Assim, fizemos uma divisão desses objetivos[10] de acordo com os três grupos de direitos, a fim de compará-los visualmente através do Gráfico 4, de modo que seja mais inteligível a leitura da carta-proposta do Morhan sob os princípios da cidadania aos quais estamos embasados.

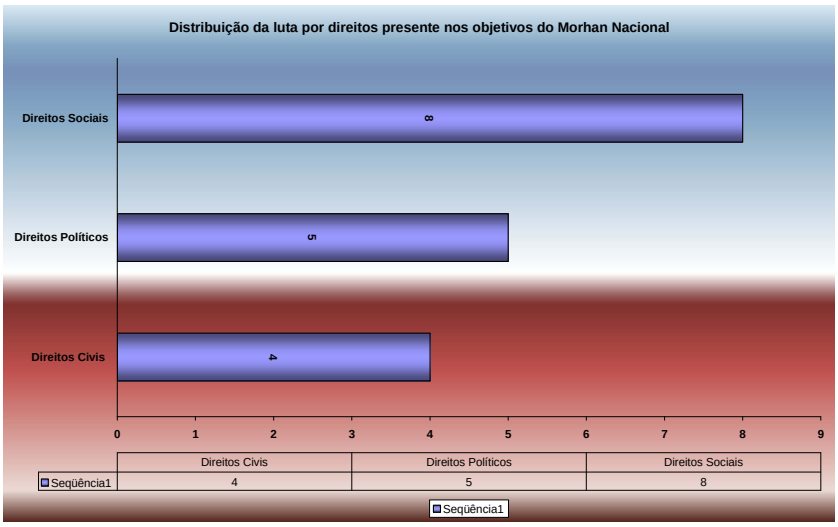
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

10 **DIREITOS CIVIS** - Empreender medidas, administrativas e/ou legais, junto aos órgãos competentes, em todas as esferas, contra qualquer tipo de discriminação, preconceito e/ou comportamentos lesivos aos Direitos Humanos da pessoa atingida pela hanseníase, assim como de seus amigos, parentes ou familiares; Pleitear junto aos órgãos competentes, a transformação efetiva dos antigos hospitais-colônia em outros equipamentos visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade; Combater, por ferir elementares Direitos Humanos, os pedidos de donativos feitos por doentes ou entidades, com objetivos outros, que não o de promover a conscientização da comunidade em relação à problemática da hanseníase; Encontrar meios de solucionar o problema da utilização das terras e prédios das antigas colônias com a participação da comunidade objetivando sua plena promoção social.

DIREITOS POLÍTICOS - Integrar o Movimento a outros movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais, em prol dos portadores de deficiência e patologias em geral; Motivar a visitação pública aos antigos hospitais-colônia, fazendo sentir as autoridades hospitalares a importância psicológica e humana desta medida; Providenciar junto aos órgãos competentes criações de leis que amparem efetivamente o paciente de hanseníase, proporcionando-lhe bem estar social e econômico; Estimular a participação dos egressos que se agregam nas vilas em torno dos hospitais de hanseníase ou dermatologia sanitária, antigos asilos-colônia ou sanatórios, para obtenção de sua plena reintegração social; e Estimular a participação efetiva do paciente de hanseníase em atividades de movimentos ou entidades em prol de pessoas com deficiências com o objetivo de reivindicar direitos comuns.

DIREITOS SOCIAIS - Avaliar e colaborar com as políticas públicas visando a qualidade dos serviços oferecidos em instituições públicas e/ou privadas destinadas ao tratamento das pessoas atingidas pela hanseníase; Desenvolver trabalhos educativos visando defender, esclarecer, divulgar, direitos, deveres, educação e conscientização do doente, família e comunidade, através de todos os veículos de comunicação; Pleitear junto aos órgãos governamentais de educação a inclusão no currículo escolar desde o 1º grau de noções básicas sobre a hanseníase e sua problemática em geral; Estimular a criação de centros de prevenção de incapacidades para atender as pessoas atingidas pela hanseníase, descentralizados pelo país, técnica e materialmente equipados, a fim de ampliar esse atendimento também as pessoas portadoras de outras deficiências; Estimular a formação de estudantes ou profissionais na área de Saúde e Serviço Social, em hospitais dermatológicos e unidades sanitárias capacitadas no controle da hanseníase; Propor uma rede de atenção primária à saúde capaz de dar atendimento adequado às pessoas atingidas pela hanseníase; Estimular o aproveitamento de voluntários que podem ser pessoas atingidas pela hanseníase - em tratamento ou pós-tratamento - ou mesmo pessoas da comunidade para contatar o paciente de hanseníase não conscientizado, com a finalidade de promovê-lo pessoal e socialmente. Orientados por especialistas, esses voluntários poderão detectar casos novos e encaminhá-los adequadamente às unidades sanitárias; e A re-integração ao trabalho ou prestação de serviço militar das pessoas atingidas pela hanseníase, deve ser estimulada pelos órgãos competentes, tendo em vista a discriminação atualmente existente. (Estatuto do Morhan, p. 1-3, 2009)

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS OBJETIVOS DO MORHAN SEGUNDO SUA LUTA POR DIREITOS DE CIDADANIA



Fonte: Estatuto do Morhan 2009.

Retomando o conceito de movimento social urbano, ao qual este estudo está fundamentado, pode-se perceber que o Morhan através de seus objetivos, aponta para um sistema de práticas sociais contraditórias, como bem afirmou Castells. Quer pela luta pela garantia do direito de igualdade das pessoas atingidas pela hanseníase, quer pela mobilização dos "exilados sanitários" em prol dos seus direitos de cidadania, marcando uma forte presença da luta pelos direitos políticos. Ou ainda, pela mais recente luta pela subsistência dessas pessoas que sofreram o isolamento compulsório (internação nos antigos hospitais-colônia), a partir da luta pela aprovação da Medida provisória que implementa a pensão vitalícia às pessoas que foram compulsoriamente isoladas.

Um importante instrumento que o Morhan agregou nessa luta pela garantia dos direitos de cidadania a partir de 2003, foi a inserção do Serviço Social como quadro de formação política e assessoria técnica, inclusive com a abertura de campo de estágio profissional curricular, realizando convênios com universidades como a PUC-Rio, a Unisuam, Veiga de Almeida e Unigranrio.

O Serviço Social atua de forma interdisciplinar em parceria com o Departamento Jurídico e a Advogada responsável pela supervisão dos estagiários de direito, a Assessoria Técnica e Enfermeira responsável pela supervisão das estagiárias de enfermagem, no entanto, a Coordenação Geral dos Estágios, é atribuição do Serviço Social.

Nesse sentido, gostaríamos de discorrer algumas palavras sobre alguns exemplos da nossa percepção sobre a equipe. A equipe de estagiários no Morhan é uma proposta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

nova e que tem trazido importantes contribuições para instituição, onde se pode citar a realização/participação da pesquisa observação participante no I e no II Encontro Nacional de Moradores de Antigos Hospitais-colônia no Rio de Janeiro. Além disso, marca a perspectiva de inclusão, voltando suas ações aos diferentes grupos minoritários da sociedade, como foi o caso da pesquisa em parceria com a Associação de Trabalhadoras do Sexo na Vila Mimosa. Estes são dois simples exemplos de contribuição da equipe de Serviço Social, onde a organização, a construção e a coleta de informação seguiram em sua prática a orientação da interdisciplinaridade.

De acordo com a Assistente Social do Morhan, a presença do Serviço Social em espaços como os movimentos sociais, marca a capacidade contributiva de futuros profissionais, "*onde estes não estarão alheios ao debate político que nos impõe a dinâmica social. Isto é, a percepção de que a realidade é dinâmica, contraditória, mutável e fundamentalmente complexa. Ao passo que esta percepção é em boa medida, não uma negação do novo/diferente, mas sim, a capacidade de transitar entre o novo e antigo, agregando a possibilidade de síntese, o que gera o que Vasconcelos chamou de Interdisciplinaridade*". (Assistente Social do Morhan, 2008)

3.3.4 - Os mecanismos de diálogo do Morhan com a sociedade

O movimento mantém como forma de diálogo com a sociedade dois importantes serviços voltados para a informação, apoio e recebimento/publicação de denúncias da sociedade. O primeiro desde 1982 é o jornal do MORHAN, o qual tivemos acesso à 39 das 44 edições, após um profundo resgate realizado por Fabrino (2008) em sua Tese de Doutorado. Segundo Fabrino, não há registros de uma coleção completa de todas edições do Jornal do Morhan.

Para nosso estudo esse foi um fator complicador, principalmente porque um Jornal como fonte de pesquisa já torna bastante vulnerável o estudo. Principalmente, pela possibilidade de se obter informações enviesadas ou mesmo pela perda de elementos importantes da história do Movimento. Mas, tomamos o cuidado de adotar apenas os artigos assinados ou mesmos os documentos publicados na íntegra nos Jornais do Morhan os quais tivemos acesso.

> *O veículo nasceu em papel jornal e formato tablóide, sendo que, na década de 1990, seu projeto gráfico passou por sucessivas transformações: edições em tamanho A4 e tablóide se alternam, sendo o papel branco adotado em todas elas. Em 2004, o jornal torna-se colorido. A periodicidade e o número de páginas, bem como a tiragem, variam bastante ao longo dos anos. Outro aspecto que se transforma são a extensão e o aprofundamento das matérias nele presentes. Em um*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

> *primeiro momento, sobretudo na década de 1980, os textos são longos e impressos em fontes de tamanhos bastante reduzidos. Com a tentativa de garantir maior legibilidade, as matérias vão se tornando mais curtas e o tamanho da fonte aumenta consideravelmente. Essa transformação é acompanhada por um movimento de externalização do jornal. Se, no início, a publicação era predominantemente voltada para o público interno – a ponto de o próprio cabeçalho do periódico explicitar isso14 – aos poucos ela passa a ser distribuída junto a públicos externos, visando até a leitores de outros países.* (Fabrino, p. 116-118, 2008)[11]

Outro canal de comunicação do Morhan igualmente importante é o TELEHANSEN - um serviço de ligações gratuitas (0800262001), que mantém uma equipe de voluntários que tira dúvidas da população sobre a hanseníase, encaminha as pessoas para os postos de tratamento em todo país, e recebe denúncias de falta de medicamentos, preconceito, falta de atendimento, maus tratos etc.

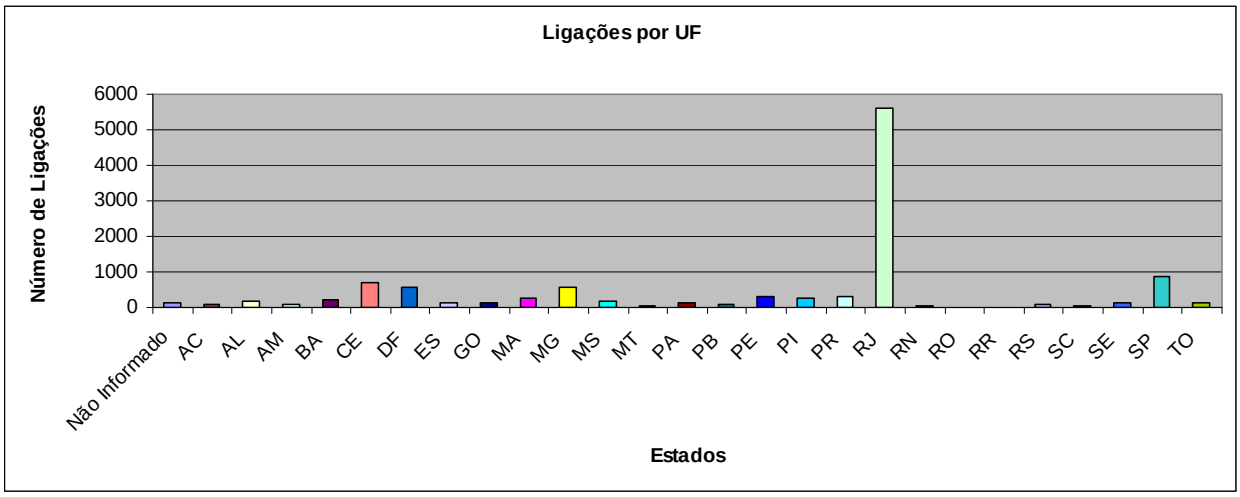
O Telehansen atende a ligações em nível nacional respondendo questões da população brasileira a partir de diferentes Estados em sua sede administrativa nacional. Essas questões estão ligadas ao tratamento, cuidados, prevenção e maiores informações referentes à hanseníase. No período de janeiro a dezembro de 2007 o Telehansen recebeu **11.237 ligações** com uma média absoluta de 936,4 ligações mensais.

A partir do Gráfico 5 é possível verifica a quantidade de ligações recebidas por Estado. Contudo, algumas pessoas que buscam o serviço do Morhan não identificam de que Estado estão falando. Sem falar também do conjunto de ligações inúteis, ou seja, os "trotes". Assim, esses dois grupos estão identificados em nosso gráfico através da classificação *Não Informado*.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

11 Para saber mais ver: Jornal comunitário e interações discursivas: entre desigualdades deliberativas e luta por reconhecimento. Texto apresentado no *VII Congresso Internacional de Comunicação Lusófona* (*Lusocom*), realizado na *Faculdade de Ciências da Comunicação da USC* em Santiago de Compostela (Espanha). Artigo Baseado na Tese de Doutorado. Ricardo Fabrino Mendonça é Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. Bolsista da Fapemig e pesquisador do EME (Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público). E-mail: ricardo.mendonca@anu.edu.au

GRÁFICO 5 - LIGAÇÕES POR ESTADO (UNIDADE FEDERATIVA) - 2007



Fonte: Relatório de avaliação do Telehansen 2007 – Serviço Social

A partir do Gráfico 5, é possível perceber que os Estados que mais registram ligações são: Rio de Janeiro com 5608 ligações, seguido de São Paulo com 885 ligações e por ultimo, o Ceará com 715 ligações. O que pode ser atribuído ao fato da sede do serviço do Telehansen estar no Rio de Janeiro.

Ademais, se voltarmos para o pólo oposto, veremos que os Estados com menos registro de ligações foram: Rio Grande do Norte com 32 registros no Telehansen, Rondônia com 18 registros e Roraima com 3 registros. Somente o Estado do Amapá que não consta registro de atendimento no Telehansen.

Além disso, o que o Gráfico 4 nos mostra mais do que a questão quantitativa do atendimento do serviço de informações do Morhan Nacional, é a amplitude da atuação do Morhan no território brasileiro, uma vez que dentre os 27 Estados existentes, o serviço registra chamadas de 26 Estados.

O Morhan tem como principal elemento de trabalho, a militância que prefere chamar de “voluntários”. Além disso, desenvolve ações de *Educação Permanente em Saúde*, através de palestras, cursos de formação, oficinas de teatro, teatro de bonecos etc. É de fundamental importância referenciar a inserção do movimento nos diferentes conselhos de direitos nas três esferas do Estado. O trabalho é realizado por pacientes, ex-pacientes, profissionais e pessoas interessadas no combate ao preconceito em torno da doença. (Relatório do I Encontro Nacional de Conselheiros de Direitos do Morhan, 2006).

No caso do público jovem, o movimento adota diferentes estratégias, palestras, oficinas de teatro, tendo como base metodológicas as técnicas do *Teatro do Oprimido* de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Augusto Boal e a linguagem do *Clow* baseada no Método de Stanislavski, pelo Grupo Dell'Arte (EUA).

FOTOS 7 e 8 – GRUPO DE TEATRO E PALESTRAS

Fonte: Morhan Maracanaú - CE

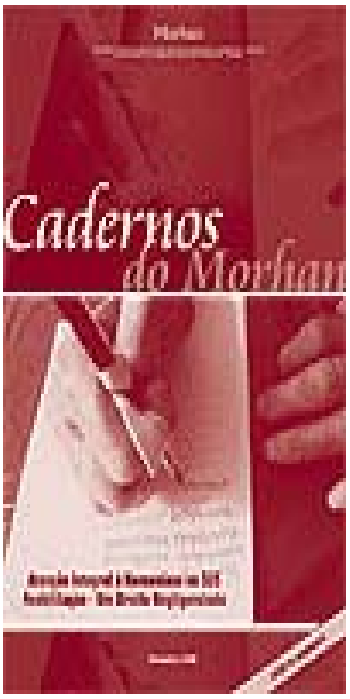
O uso da arte como instrumento de articulação e intervenção, através da realização de diversas oficinas de teatro com jovens de diferentes realidades em diferentes Estados, marca, em boa medida, o perfil catalisador mobilizador do Morhan. Sobretudo, num outro aspecto que não apenas o debate direto e o discurso político de transformação, mas o da sensibilização a partir da cultura, numa perspectiva de construção de uma cultura política.

Cabe lembrar também, um recente, mas igualmente importante veículo de comunicação do Morhan com a sociedade de modo geral, principalmente com a comunidade acadêmica, que é a Revista *Cadernos do Morhan*[12]. (Foto 4)

[12] Disponível em: http://www.morhan.org.br/docs/cadernos/caderno_01.pdf

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

FOTO 9 – CAPA DA REVISTA CADERNOS DO MORHAN



Fonte: www.morhan.org.br

Essa revista é de publicação recente, data de 2006, foi utilizada como estratégia política de proposição das metas do movimento para o lançamento da atual Portaria de Regulamentação das ações e serviços de reabilitação em saúde voltados para as pessoas atingidas pela hanseníase. A Revista *Cadernos do Morhan*, foi lançada em Brasília na reunião da *Comissão Intergestores Tripartite - CIT*. Espaço onde acontece a pactuação das ações e serviços de saúde nos três níveis de governo, de acordo com a estrutura hierárquica Sistema Único de Saúde – SUS, implementado pelo Ministério da Saúde. Na ocasião, o Morhan após ter realizado um Encontro Nacional de sua Assessoria Técnica Lança um documento proposta ao Ministério da Saúde, O ***Relatório da I Oficina de Atenção Integral à Hanseníase no SUS com ênfase em Reabilitação***. (Cadernos do Morhan, p. 11-14, 2006)

Por fim, o Morhan possui um moderno veículo de integração, informação e formação de sua rede de "voluntários", a *MorhanNet*. Essa é uma rede de interconexão usada como elemento chave para o intercâmbio de idéias entre a Diretoria do Morhan e os diferentes seguimentos do movimento. Está centralizada na Coordenação Executiva e funciona como mecanismo de ampliação da democracia e de disseminação das informações produzidas no âmbito da Diretoria Nacional do Morhan. Muitas vezes, é usada para realização de votações entre os trinta e um membros da Diretoria Nacional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Quando é o caso em que o deslocamento não é viabilizado. Outras vezes como instrumento de coleta de opinião das bases do Morhan (os núcleos), como uma espécie de plebiscito. (Rede MorhanNet, 2009)

3.3.5 - A Rede Interinstitucional de relacionamentos do Morhan

A ação social empreendida pelo Morhan tanto quanto a empreendida por outros movimentos sociais, não se dá de forma isolada. Além disso, o enfrentamento das contradições específicas da problemática urbana requer, sobretudo, uma articulação mínima com os diferentes seguimentos da sociedade. Quer pela necessidade de subsistência do ponto de vista financeiro ou mesmo político, ou quer pela necessidade de ampliar os espaços da luta que legitimam a sua luta política.

Dessa rede de relacionamentos vai depender o que vamos chamar aqui de fluxo de influência entre os atores intra e extra institucionais. Fluxo de influência, porque dele se vai derivar o potencial institucional. Uma vez que é exatamente fundamentado no debate, na crítica, na discussão, nas negociações, nas concessões e nas exigências, nos consensos e nos conflitos que as pactuações acontecem. Marcando assim, a elaboração das decisões que se corporificarão n**Poder Executivo** – Nesse caso específico, podemos dizer que reside a maior concentração de fluxo inter-relacional do Morhan. Pois é através do executivo que o movimento atua reivindicando os direitos civis e sociais das pessoas atingidas pela hanseníase. Aqui, o Morhan participa como membro titular dos diferentes Conselhos de Direitos, nas três esferas de governo, em Comissões Paritárias Nacionais como a de Reformulação dos Antigos Hospitais-colônia do Ministério da Saúde; como membro efetivo das reuniões Macro-regionais de Avaliação do Programa Nacional de Controle da Hanseníase do Ministério da Saúde; na condição de ouvinte, da Interministerial da Presidência da República, gerenciada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, pelo levantamento em todas as áreas do Governo Federal para garantir os direitos de cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase, compromisso pré-eleitoral do atual Presidente da República assumido junto aos moradores das antigas colônias. (Silva, Luisa Inácio Lula da. Então Candidato à Presidência da República - Carta Compromisso de Eliminação da Hanseníase, 2005)

Sem falar nas diferentes Secretarias como a Secretaria Assistência à Saúde – SAS (MS); diversas Secretarias Estaduais através do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – CONASS. Bem como, o fundamental relacionamento com o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Conselho Nacional de Secretários Municipais – CONASEMS. Órgão que protagonizou uma das mais importantes estratégias políticas no processo de descentralização das ações e serviços de atenção às pessoas atingidas pela hanseníase no Brasil, a criação do Grupo Tarefa de Eliminação da Hanseníase – GTEH[13] (1999), que propunha a pactuação pela eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, por Estados, Municípios, Ministério da Saúde e Morhan.

Poder Legislativo – As estratégias do Morhan com relação ao Legislativo têm duas grandes linhas, a primeira adotada como principal canal de afirmação dos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, arrecadando abaixo assinados e encaminhando as respectivas assinaturas como instrumento de reivindicação de direitos. Já a segunda, baseia-se na articulação para constituição de frentes parlamentares de apoio às causas das pessoas atingidas pela hanseníase, bem como, outros movimentos congêneres ou mesmo pela defesa do Sistema Único de Saúde - SUS. Tendo como catalizadores os partidos de esquerda e centro esquerda. (Relatório Projeto Reforbase do Morhan Nacional, 2005-2007)

Poder Judiciário – através da Rede Nacional de Direitos Humanos do Morhan, quando identificada uma demanda que ultrapassa o limite institucional no âmbito da relação amistosa com o Executivo na garantia dos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, o Morhan aciona o Poder Judiciário, buscando a garantia desses direitos, uma vez que estão firmados em lei. Questões como: as demandas de cada colônia, quanto às terras, patrimônio, direito às propriedades, apuração de denúncias etc. Além disso, o Morhan está permanentemente em contato com os Ministérios Públicos nos diferentes Estados, buscando o estreitamento da relação Morhan/MP, na perspectiva de formar seus quadros, no tocante ao conhecimento e à operacionalização da legislação atual, no que diz respeito à hanseníase.

Outra importante dimensão da relação do Morhan com o Judiciário é a defesa de causas trabalhistas, quase sempre vinculadas às questões de preconceito em torno do estigma que envolve a doença. Assim como, o enfrentamento das constantes situações de maus tratos que não raro, não só, as pessoas atingidas pela hanseníase têm sofrido nas unidades públicas de saúde. (Relatório do II Encontro Nacional de Moradores dos Antigos Hospitais-colônia, 2007)

[13] Grupo Estratégico de organização e Estruturação da Política Nacional de Atenção às pessoas atingidas pela hanseníase no Brasil. Composto por um pacto *Municipalização: um avanço para a eliminação da hanseníase*, onde assinam CONASEMS, MS, OMS/OPS e Morhan, (JM n° 30, p. 07, 1999).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

A rede de contatos privada de fins não econômicos está basicamente ligada às instituições da sociedade civil, entre fundações, movimentos, sociais, associações, e entidades representativas de classe, como é o caso da OAB, que firmou um convênio de cooperação com o Morhan, onde ambas as instituições comprometem-se a prestar assistência jurídica gratuita às pessoas atingidas pela hanseníase. Onde "*essas pessoas serão encaminhadas pelo MORHAN, articulando ações no sentido de amparar seus interesses em defesa dos direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e de saúde*". Além disso, buscar-se-á através dessa parceria garantir o atendimento integral, tanto médico e hospitalar quanto de reabilitação, saúde pública e saneamento, e motivar o Estado a adotar políticas públicas que objetivem o controle e a eliminação da doença, bem como o resgate da dignidade e da cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase. (Convênio de Cooperação Morhan – PI e OAB, 2009)

Outra parceria nesse campo o pacto de parceria realizado com a Associação de Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro – APPAI. Essa parceria objetiva informação e o esclarecimento em torno da hanseníase, através de apresentações do grupo de teatro do Morhan e de palestras nas instituições de ensino, de saúde ou outras instituições congêneres. Além disso, a parceria também firmou uma contribuição assistencial regular mensal a partir de maio de 2008 para o Morhan, também 3000 itens de material escolar para distribuição nas escolas, bem como, uniforme para o grupo de teatro e equipe de palestrantes em suas apresentações nas escolas. (http://www.appai.org.br/RSocial/RSocial.aspx?An=2008, consultado em 22/04/2009 às 13:34h)

Cabe ainda neste campo um destaque para a profunda aproximação com os Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde - SindSaúde, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, importante ator de articulação de profissionais do campo. A Força sindical é um parceiro sistemático na história do Morhan, seja nos momentos de reivindicações conjuntas, como foi o caso da inserção em espaços de representação, como no Conselho Nacional de Saúde, ou mesmo em espaços políticos de identidade, como no Fórum Nacional de Entidades Nacionais de Portadores de Patologias e Deficiências. (Jornal do Morhan n° 15, 1989)

Ainda no campo dos sindicatos, em entrevista ao Jornal do Morhan n° 30 de 1999, o então Diretor de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Jocélio Drumond, realça a importância das parcerias para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

> *A Organização Mundial, Internacional de Serviço Público da CUT, realizou um seminário que teve a participação do Morhan. No debate foram discutidos os tipos de interesses e ações comuns que podem ser desenvolvidos por Estados, Sindicatos, Conselhos, ONG's, Movimentos Sociais, e qual a relação entre essas instituições? O trabalho que pode ser feito é a integração, sempre que possível, de membros do Morhan no sindicato de suas categorias profissionais, levando para o seu sindicato a especialidade do que é militar num Movimento Social e como é desenvolver a luta contra a hanseníase no Brasil, além dos problemas que se encontram nessa luta, para que se estabeleça essa parceria. Por outro lado, o sindicato deve se preocupar cada vez mais com os problemas da saúde da população brasileira, com a qualidade de vida, essa integração pode ser muito positiva, porque o sindicato fortalece a luta do Morhan, que por sua vez fortalece a concepção de cidadania que o sindicato deve desenvolver.* (Jocélio Drumond, entrevista ao Jornal do Morhan, n° 30, 1999)

É visível que na afirmação anterior a relação interinstitucional contribui significativamente para qualificar a ação coletiva dos diferentes atores sociais. Ademais, é perceptível também que essa qualificação não se dá de forma unilateral, mas é bidirecional, ampliando os caminhos e as possibilidades para o escoamento de novas demandas que emanam de maneira concomitante a essa nova qualificação institucional.

Destaco ainda mais duas parcerias firmadas pelo Morhan, sobretudo, porque ambas ampliam o escopo da atuação do Morhan para dois universos extremamente diferentes dos que já falamos até aqui. Ou seja, de um lado mais uma antinomia, um movimento social que luta por um Sistema de Saúde Pública de qualidade e que pactua com uma instituição privada de fins não econômicos derivada de uma outra de fins econômicos e que é concorrente desse Sistema de Saúde Pública pelo qual o movimento luta, a UNIMED.

Mas, curiosamente, pode-se dizer que essa é também mais uma importante forma de relacionamento inter-institucional que pode gerar frutos significativos, senão vejamos: A parceria Morhan/Unimed foi criada em 2008, intitulada "*Ação Brasil sem Hanseníase"*, com o objetivo de mobilizar a rede de atendimento de 377 Cooperativas e mais de 106 mil médicos cooperados, na perspectiva de somar na luta pelo enfrentamento da hanseníase como problema de saúde pública. Segundo o Diretor de Marketing da empresa, Almir Gentil "*vamos intensificar, em 2009, ações com nossos mais de 106 mil médicos, tornando-os agentes multiplicadores de informação sobre a doença*".

E o segundo destaque é a parceria entre o Morhan e a população Quilombola, onde

> *O Projeto de Prevenção e Ação de Combate à Hanseníase nos Quilombos Piauienses foi desenvolvido com Comunidades Negras Rurais*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

> *Quilombolas Mimbó, Olho D'água dos Pretos, Custaneira, Baixa da Onça, Brejão, São Vivente/Macacos, Emas e Moisés. Foi realizado pelo Morhan – PI em Convênio com o Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/ Coordenação do Programa de Hanseníase – MS e Organização Panamericana de Saúde – OPAS em parceria com as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Piauí e diversas Secretarias Municipais daquele Estado*. (Jornal do Morhan, n°44, p 04, 2007)

Nesse Projeto o Morhan estabelece uma parceria com a População Quilombola no Piauí, visando o enfrentamento das adversidades geradas pelo abandono dessa população, principalmente quando esta última está contraindo em larga escala a hanseníase, doença historicamente marcada por uma imensa sombra de preconceito. Destaca-se também por marcar a presença da diversidade existente em nosso país, e, que, em boa medida, está representada em mais uma de suas facetas através dessa população minoritária e comumente esquecida nos ávidos discursos políticos.

Rede Globo – esta atualmente pode ser vista como a principal parceira do Morhan, no que tange a veiculação de informação, campanhas e espaços de curta inserção do movimento na mídia. Como a maior emissora de TV do país, onde tem aberto espaços ao movimento como a telenovela "O Clone"; veiculada em horário nobre, a coluna de entrevista no Jornal da tarde de sábado; o Programa do Jô; o Jornal Nacional e até mesmo o Fantástico, são espaços de inserção de informações sobre o trabalho do Morhan, a questão da hanseníase e a divulgação do Telehansen. (Arquivo de Notícias, www.morhan.org.br, consultado em 25/05/2009 às 12:14h)

Em nossa pesquisa documental há uma série de registros em diversos documentos mostrando o estreitamento da relação Morhan/Rede Globo. O que nos permite dizer que, do ponto de vista da mídia externa ao movimento, as Organizações Globo tem um papel fundamental na disseminação das idéias do Morhan. Atualmente, é a emissora, quem desenvolve os comerciais de mídia com artistas voluntários, como Ney Matogrosso, Ney Latorraca entre outros, além de veiculá-los nos diversos horários de sua programação. Enquanto que do ponto de vista de campanha de mídia como estratégia governamental pra o enfrentamento da hanseníase no Brasil, de impacto a última foi em 1989, e mais recentemente em 2007 com resultado não tão efetivo segundo o próprio Ministério da Saúde.

Por fim, as mais recentes parcerias, Novartis Brasil e a Mantecorp, que estão assumindo a proposta da "Carreta da Saúde", criada pela Febrafarma que está deixando o projeto segundo o Coordenador Nacional do Morhan, Artur Custódio. São dois influentes

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

laboratórios, e ambos atuam com medicamentos ligados direta ou indiretamente à hanseníase.

3.4 – Breve apresentação cronológica da luta do Morhan pelos direitos de cidadania

Este item apresenta a disposição das conquistas dos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, e nos permite dizer que a escolha do nosso principal referencial analítico, José Murilo de Carvalho, nos parece acertada. Pois resguardadas as proporções e particularidades da análise do autor, em nossa apreensão, podemos notar que a construção dos direitos de cidadania dessas pessoas seguiu a lógica que para alguns pode ser vista como óbvia, mas preferimos afirmar que essa lógica foi a possível.

Período do Governo João Batista Figueiredo – 1981 a 1984

1981 – Criação do Morhan

1992 – Lançamento da 1° Edição do Jornal do Morhan, como instrumento de mobilização e pressão popular, combatendo o que chamou à época de “Anti-educação em ‘lepra’”.

1984 – O Morhan luta pela aprovação do projeto de Lei n° 2875, que instituía pensão aos hansenianos que atuavam profissionalmente nas antigas colônias, quando por preconceito os profissionais de saúde não queriam trabalhar naquelas unidades.

O Morhan denuncia através do Jornal do Morhan que o remédio da hanseníase no Brasil era 100% estrangeiro.

Período do Governo José Sarney – 1985 a 1988

1985 – O Morhan reforça o movimento pela Assembléia Nacional Constituinte fazendo coro pela descentralização, onde se reuniu em Assembléia Nacional e além de confeccionar um documento proposta para a nova Constituição Federal, discutiu a importância de indicar representantes dos hansenianos para compor a Assembléia Constituinte de 1988.

Nesse mesmo ano, o Morhan reforça a luta contra o uso inadvertido do medicamento *Talidomida*, usado para o tratamento de reações da hanseníase e também muito utilizado por mulheres como suposto abortivo. No entanto, seu mau uso gerou uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

série de pessoas com má formação congênita no Brasil e hoje seu uso é extremamente controlado pelo Ministério da Saúde.

1986 – O Morhan realizou o III Encontro Nacional em Brasília, cujo tema foi "À procura do direito de cidadania".

O Morhan participou da VIII Conferência Nacional de Saúde e apresentou um conjunto de propostas para a Assembléia Nacional Constituinte. E, decidiu por indicar 03 candidatos à Deputados para compor a Assembléia Constituinte, lançando o cartaz com a seguinte inscrição "Estes candidatos defendem os hansenianos".

Ainda este ano, o Morhan faz uma veemente crítica às Organizações Globo, em função de questões de cunho preconceituoso em uma de suas novelas (Cambalacho/1986)

1987 – A Coordenação Nacional do Morhan recebe das mãos do então Prefeito da Cidade de São Paulo, Aron Galante, um cheque representativo que a partir daquele momento passaria a garantir o transporte gratuito para todas pessoas que fossem acometidas pela hanseníase naquela cidade.

Nesse mesmo ano, o Morhan associado a outras instituições, conquista a eleição direta para o cargo de Diretor do Antigo Hospital Colônia de Betim – MG

O Ministério da Saúde cria o Comitê Técnico Assessor para acompanhar a situação da reestruturação dos antigos hospitais-colônia.

1988 – O Morhan lança o *Documento Morhan*, cuja primeira edição intitulada "Política Sanitária: a saúde da Constituinte", de autoria do Dr. José Rubens de Alcântara Bonfim, Médico Sanitarista e Hansenologista, Psicólogo e Assessor do Morhan.

É implantada a Polioquimioterapia no Tratamento da hanseníase no Brasil.

O Morhan tem seu discurso cerceado no IV Encontro Nacional do Movimento de Direitos Humanos.

Apesar de muito bem votados, nenhum dos três candidatos do Morhan à Constituinte foi eleito.

Criação da Nova Portaria do Ministério da Saúde para a Hanseníase.

1989 – Primeira Campanha de massa na grande mídia sobre a hanseníase no Brasil.

O Morhan avalia os resultados da Constituinte.

Nesse mesmo período o Partido dos Trabalhadores cria a Caravana da Cidadania.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Período do Governo Fernando Collor – 1990 a 1992

1990 – Cai a Lei eleitoral que mandava esterilizar o título de eleitor das pessoas atingidas pela hanseníase (Lei n° 4737 de 15/07/1965, incisos 1,5 e7), revogada pela Medida Provisória do Presidente Sarney n° 103 de 13/11/1989.

O Morhan é convidado a participar do Comitê Técnico Assessor do Ministério da Saúde.

O Morhan entrevista o então Candidato derrotado à Presidência da República e Presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, discutindo a oposição democrática e falando sobre a criação de uma Central de Movimentos Populares.

1991 – Nova legislação sobre o controle de doenças na área da dermatologia sanitária, são inseridos componentes como educação em saúde e a relação com o usuário.

Período do Governo Itamar Franco – 1992 a 1994

1993 – Criação dos Conselhos de Direitos, Lei 8142/93.

1994 – VIII Congresso Brasileiro de Hansenologia.

O Morhan participou do Seminário Internacional para Integração de Organizações de Pessoas Atingidas pela Hanseníase, realizado em Brasília.

Período do Governo Fernando Henrique – 1995 a 2002

1995 – O Morhan conquista a promulgação da Lei 9010, que dispõe sobre a proibição do uso do termo “lepra” em documentos oficiais por qualquer órgão público nos três níveis de governo.

1997 – Morre Bacurau, o fundador do Morhan.

O Morhan intensifica a luta por direitos humanos e firma parceria com o Projeto Legal da ONG Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social – IBISS. Visando a prestação de serviços de Assessoria Jurídica às pessoas que sofriam qualquer forma de preconceito em função da hanseníase.

O então Ministro Extraordinário dos Esportes Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, aceita o convite para ser o Embaixador da Eliminação da Hanseníase no Brasil.

Foi editada a nova Portaria do Ministério da Saúde sobre o Controle da Talidomida.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

O Morhan participou do Encontro Internacional no Antigo Hospital-colônia de Fontilles, sob o tema: “os últimos hospitais de hanseníase e as pessoas que os chamam de lar”.

1998 – IX Encontro Nacional do Morhan – Belém do Para, o Morhan mobilizou todos os núcleos do Brasil para o dia Mundial do Hanseniano para que fizessem simultaneamente uma comemoração em todo país.

O Morhan rediscutiu a polêmica Lepra *versus* Hanseníase, que os profissionais de saúde não aceitavam a mudança porque diziam que os usuários quando procuravam a Unidade de Saúde achavam que a hanseníase era uma doença nova.

1999 – O Morhan cela parceria com a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

As Organizações Globo e o Morhan fecham uma parceria Nacional pela mudança de visão da sociedade brasileira em torno do Estigma da hanseníase no Brasil. Destaque para essa parceria que vai remodelar toda a estratégia de disseminação das idéias do Morhan no Brasil, pois com o advento de uma mídia de força com essa, o Morhan ampliou significativamente sua capacidade de disseminação de suas idéias.

O Morhan realizou em Sobral – CE, o I Encontro de Rezadeiras e Benzedeiras, na perspectiva de ampliar os canais de mobilização de novos atores sociais na luta contra a hanseníase.

Inicio da Municipalização do Processo de Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública no Brasil.

2000 – O Morhan participa da III Conferência Internacional pela Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública, promovida pela OMS em Abdjan na Costa do Marfim e se associa à *REDE LUSÓFONA DE ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE.*

O Brasil foi o anfitrião do Congresso Internacional de Hansenologia, em Salvador.

O Morhan participou com um *Work Shop* no Jamboree Mundial de Escoteiros no Chile, visando a mobilização de novos atores para a causa da hanseníase.

O Ministério da Saúde institui o Grupo de Trabalho de Informação Educação e Comunicação para a Eliminação da Hanseníase no Brasil.

O Morhan compõe o Grupo Tarefa de Aceleração da Eliminação da Hanseníase, composto pelas organizações OMS/OPAS/MS/CONASEMS/CONASS/MORHAN.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

Em parceria com o Morhan e outras organizações o Ministério da Saúde lança a campanha “Você diria que eu já tive hanseníase?”.

O Morhan entra com processo contra o Estado do CE, por causa de preconceito, onde em uma carteira de identidade no lugar da impressão digital havia a seguinte inscrição: “ausência total de impressão digital – portador de hanseníase”. E no local da assinatura: ANALFABETO.

No dia mundial desse ano, o Morhan em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, realizou um grande concurso de Grafiteiros, e o vencedor do concurso, pintou uma gravura do preconceito marcado pela história da identidade no Ceará.

O Morhan adota a política de tentar sensibilizar os ícones da mídia na arte, na música, na moda, principalmente após a filiação do Cantor Ney Matogrosso.

O Senador Petista Tião Viana do Acre adere à luta pelo combate à hanseníase.

O Morhan assume o modelo de pactos como estratégia política, e assina um Termo de Compromisso pela Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública no Estado do Rio de Janeiro.

A então Deputada Federal Jandira Feghali adere à luta pela eliminação da hanseníase no Brasil.

O Morhan Cria a *Rede Nacional de Direitos Humanos do Morhan.*

A Associação Brasileira de Imprensa em parceria com o Morhan lembram os 50 anos da morte de Alice Tibiriçá, uma das principais protagonistas da luta pelo combate ao preconceito na hanseníase no Brasil.

2001 – X Encontro Nacional do Morhan, Salvador. O Morhan realizou a discussão sobre a necessidade de se adequar ao Novo Código Civil, e debateu sobre sua natureza, se continuariam sendo Movimento Social, se tornar-se-iam uma ONG, ou uma OSCIP, aderindo à lógica do Terceiro Setor. Por unanimidade o movimento definiu que se manteria como Movimento Social.

É decifrado o genoma da hanseníase por uma equipe de cientistas franceses e britânicos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

O Morhan cria o Prêmio – Troféu Bacurau, que prestigia pessoas que contribuíram durante o período de cada gestão para a causa da hanseníase.

O Morhan através de seus ilustres voluntários, artistas, cantores, músicos, estilistas etc, cria em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro a campanha "Vamos juntos eliminar a hanseníase no Brasil".

Moção do Morhan na XI Conferência Nacional de Saúde repudia a falta de campanhas na hanseníase na TV.

Período do Governo Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 a 2008

2004 – O Embaixador da OMS pela Eliminação da Hanseníase visita o Brasil, Yonei Sassakawa, e firma parceria com o Morhan.

2006 – XII Encontro Nacional do Morhan, Rio de Janeiro, cujo tema era "Garantir os direitos das pessoas com hanseníase é urgente!"

Lançamento do Documento Morhan "Universalidade limitada ou Integralidade Regulada", pelo Dr. Gilson Carvalho, Médico Pediatra e Especialista em Saúde Pública.

O Senador Tião Viana apresentou o Projeto de Lei n° 206, que dispõe sobre a instituição de Pensão Vitalícia às pessoas que sofreram o isolamento compulsório por causa da hanseníase.

A TV Senado realiza um Documentário sobre a situação dos Antigos Hospitais-colônia no Brasil.

O Morhan põe mais de 380 pessoas atingidas pela hanseníase no Congresso Nacional, como instrumento de pressão para aprovação da MP 373.

2007 – O Morhan é recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dentre todos os Presidentes da história do Brasil só três estiveram em uma colônia, que dirá receber uma pessoa atingida pela hanseníase.

É aprovada a Medida Provisória 373 que institui a pensão vitalícia às pessoas atingidas pela hanseníase que viveram a internação compulsória no Brasil.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria uma Comissão Interministerial para regulamentar a instituição da MP 373.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

O Morhan tem um de seus representantes levando a Tocha Olímpica em sua passagem pelo Rio de Janeiro.

O Morhan recebe Prêmio por sua mobilização na sede da Organização Mundial de Saúde em Genebra.

2008 – O Morhan cria e publica a *Cartilha Hanseníase e Direitos Humanos: Direitos e Deveres dos Usuários do SUS.*

Dado este cenário, podemos dizer que apesar de identificarmos diferentes momentos da luta do Morhan por direitos de cidadania, mostrando sua evolução no tempo, isso não significa diretamente que o movimento não esteja lutando por esses direitos de forma concomitante (civis, políticos e sociais), mas o que sobressaiu às nossas "lentes" como mais significativo foram esses os quais grifamos nesta seção.

Nesse sentido, entendemos que o Morhan é majoritariamente um movimento social urbano, que tem seu perfil de ação marcado pela luta pelos direitos de cidadania das pessoas atingidas pela hanseníase. Dentre os quais, ressalta-se o conjunto dos direitos sociais como o que apresentou maior presença, o que confirma nossa hipótese. Entretanto, contrariando, em boa medida, nossa hipótese, pode-se perceber uma forte presença também dos direitos políticos que apareceram como elementos potenciais à conquista dos direitos sociais. Em outras palavras, apesar de identificarmos forte presença dos direitos sociais ao longo de toda a história do Morhan, pudemos identificar também uma relevante presença dos direitos políticos.

Outra ressalva, é que apesar de não ser tão forte assim quanto os direitos políticos, mas também foi significativa a presença dos direitos civis. Mas, ainda assim, a maior parte da trajetória do Morhan foi marcada pela luta por direitos sociais como mostra a tabela a seguir.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0710338/CA

TABELA 4 - BREVE SÍNTESE DA CONTRIBUIÇÃO DO MORHAN NA LUTA PELOS DIREITOS DE CIDADANIA DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE 1988 - 2008

Período	Direitos civis	Direitos Políticos	Direitos Sociais
Governo João Batista Figueiredo – 1981 a 1984	1. Controle do direito de ir e vir na entrada das colônias (liberdade cerceada) Institucionalização do Movimento Social		1. Aprovação do Projeto de Lei n° 2875 – Pensão aos hansenianos que trabalhavam nas colônias;
Governo José Sarney – 1985 a 1988		1. Conquista da abertura das colônias 2. Morhan participa e aprova moção na VIII Conferência Nacional de Saúde (Reforma Sanitária); 3. Morhan indica 3 candidatos à Assembléia Constituinte;	2. Luta pelo direito ao Transporte público gratuito; 3. Implantação da Polioquimioterapia - PQT (cura da hanseníase); 4. 1° Campanha de TV (informação);
Governo Fernando Collor – 1990 a 1992	2. Combate ao Estigma;	4. Morhan consegue derrubar a Lei n° 4737 (desinfecção dos títulos dos hansenianos); 5. Acesso às contas públicas dos recursos aplicados nos e para os Antigos Hospitais-colônia;	
Governo Itamar Franco – 1992 a 1994	3. Combate ao Estigma	6. Com a Lei 8142/93 que cria os Conselhos de Direitos, o Morhan ocupa vários conselhos no Brasil;	5. Prefeitura instala Secretaria Municipal de Saúde dentro da Colônia de Maritiba – PA;
Governo Fernando Henrique – 1995 a 2002	4. Luta pelo título de propriedade das terras;	7. O Morhan conquista a Lei 9010, que proíbe a utilização do termo "lepra" em documentos oficiais nas três instâncias de poder, o país começa a usar oficial e exclusivamente o termo hanseníase; 8. Morhan participa do Grupo Tarefa de Aceleração da Eliminação da Hanseníase, composto pelas organizações:OMS/OPAS/MS/CONASEMS/CONASS/MORHAN. 9. O Morhan através de sua Rede Nacional de Direitos Humanos, entra e ganha um processo de preconceito contra a Secretaria de Estado de Segurança Pública do CE (Identidade sem assinatura por ser portador de hanseníase e sem assinatura por ser ANALFABETO); 10. Morhan em parceria com SES-RJ e MS realizam Concurso de Grafiteiros pela campanha contra a hanseníase;	6. Direito à Saúde no conceito mais amplo: qualidade de vida; 7. Direito à educação; 8. Municipalização do tratamento da hanseníase; 9. Morhan em parceria com a SES-RJ e MS lançam a Campanha de mídia "Você diria que eu já tive hanseníase"; 10. Descentralização do Tratamento da Hanseníase; 11. Inclusão da Hanseníase na Atenção Básica;
Governo Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 a 2008	5. Luta pela garantia do direito à segurança, "Que o controle do direito de ir e vir na entrada das colônias seja controlado de forma eficiente";	11. Morhan participa da ANEPS[14]; 12. Ampliação da discussão, com a participação popular, em torno da municipalização das colônias e de seus cemitérios, pois, "em alguns lugares a municipalização funcionou a contento, em outros, resultou na dilapidação do patrimônio das colônias". 13. Luta pela pensão vitalícia, como tentativa do Estado pagar a dívida histórica com as pessoas atingidas pela hanseníase; 14. Aprovação da MP 373, pensão.	12. Pacto pela Vida; 13. Pacto pela Saúde; 14. Cartas de Eliminação da hanseníase; 15. Pensão Vitalícia para as pessoas que viveram o isolamento compulsório até 1986. 16. Caminhão da saúde; 17. Inclusão do componente Direitos Humanos no Programa de Controle da Hanseníase;
	6. "Que os cemitérios das colônias não sejam abandonados, para que não se coloque em risco a saúde dos moradores, devendo as prefeituras se responsabilizar".	15. Luta pela co-gestão nas Colônias; 16. Morhan consegue audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em prol da aprovação da Pensão Vitalícia para as pessoas atingidas pela hanseníase (Lei 11.520 de 18/09/2007).	18. Criação de mecanismos de avaliação e monitoramento das ações governamentais nas colônias, permitindo a participação dos usuários; 19. Viabilização de espaços e estratégias, para troca de informações e interação entre as colônias; que se repliquem os modelos de gestões exitosas; que se articule uma rede de informações para sustentar e consolidar o processo político de recuperação dos hospitais-colônia; 20. TV Senado realiza um documentário sobre as colônias.

Fonte: Elaboração Própria

14 Articulação Nacional de Educação Permanente – ANEPS, é uma rede de instituições que estão voltadas para Educação Permanente, linha filosófica que com a eleição do Governo Lula, substituiu o modelo de Educação Continuada, e aproximou a sociedade civil do governo e vice-versa. A ANEPS conta com a participação de Universidades, Movimentos sociais, ONG's, OSCIP's, OSC's, Fundações, Associações e poder público. Para saber mais ver: http://www.redepopsaude.com.br/ANEPS/index-ANEPS-interno.htm. Consultado em 13/05/2009, às 12:30h.